

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	18
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	34
2.5 Medições não contábeis	38
2.6 Eventos subsequentes as DFs	41
2.7 Destinação de resultados	43
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	46
2.10 Planos de negócios	47
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	49
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	56
5.2 Descrição dos controles internos	72
5.3 Programa de integridade	83
5.4 Alterações significativas	90
5.5 Outras informações relevantes	91

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), especificamente o IFRS 17 – Contratos de Seguro, internalizado no Brasil pelo CPC 50 (CPC 50), conforme publicadas em 13 de maio de 2024 (DFs CPC 50).

Considerando que o IFRS 17 (CPC 50) é aplicável para exercícios anuais com início em 01 de janeiro de 2023, é, portanto, a primeira vez que a Companhia elabora suas informações financeiras de acordo com referida norma, nos termos da regulação e legislação aplicáveis, e em substituição ao IFRS 4 (CPC 11) – Contratos de Seguro, internalizado no Brasil pelo CPC 11 (CPC 11). Nesse sentido, exceto caso expressamente indicado nesta seção 2, os números referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (reapresentados) refletem as DFs CPC 50.

Os impactos da adoção do IFRS 17 (CPC 50) na elaboração das informações financeiras da Companhia estão detalhados no item 2.3 deste formulário de referência, devidamente conciliados com as demonstrações contábeis elaboradas conforme o IFRS 4 (CPC 11), originalmente emitidas em 28 de março de 2024.

As informações, as avaliações, as opiniões e comentários ora apresentados traduzem a visão e percepção da administração da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as DFs CPC 50 para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Este apanhado inclui, também, conforme o caso, as explicações da administração sobre as variações nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período, abordando, sempre que pertinente, os principais fatores que explicam tais alterações.

Adicionalmente, vale destacar, para fins da análise comparativa entre os períodos acima mencionados que, considerando a combinação de negócios entre a Companhia e a Notredame Intermédica, conforme detalhada no item 1.1 deste formulário de referência da Companhia, as DFs CPC 50, no âmbito da reapresentação dos números referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, também incluem os resultados das operações da Notredame Intermédica para o período de 11 meses, decorridos de fevereiro a 31 de dezembro de 2022.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas ao longo dos itens abaixo significam análise horizontal e análise vertical, respectivamente. A análise horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período. A análise vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou em relação ao ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Exceto quando indicado de forma contrária, os números mencionados neste documento referem-se ao consolidado do grupo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições gerais: os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante e aplicações financeiras não circulante da Companhia totalizaram R\$ 7.889,9 milhões, contemplando ativos garantidores no montante de R\$ 3.189,4 milhões, cuja movimentação e desvinculação está sujeita à anuência prévia da ANS, e o restante, R\$ 4.700,5 milhões, contemplado por recursos de livre movimentação. Portanto, o montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante e aplicações financeiras não circulante da Companhia foi 34,53% superior em 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022, este de R\$ 5.864,7 milhões. O aumento ocorreu em função de um fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais continuadas superior ao exercício comparativo, além dos recursos provenientes das captações no mercado em 2023. Ainda, em 31 de dezembro de 2023, havia empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo (circulante e não circulante) da Companhia no montante de R\$ 11.526,4 milhões, uma redução de R\$ 191,3 milhões ou 1,63% comparado a 31 de dezembro de 2022, cujo saldo era de R\$ 11.717,7 milhões, fruto das 4ª e 5ª emissões de debêntures da Companhia, conforme descritas no item 2.1 (f.i), abaixo, e no item 12.3 do formulário de referência, líquidas dos pagamentos de principal e juros do período. Portanto, o montante amortizado no exercício foi superior às captações realizadas.

A capacidade de geração de caixa da Companhia, juntamente com emissões/rolagem e substituições de dívidas, tem permitido a realização dos investimentos orgânicos da Companhia mantendo níveis de liquidez equilibrados.

A administração da Companhia acredita que os seus resultados operacionais a credenciam para gerar recursos para o desenvolvimento do seu plano de negócio via crescimento orgânico e por aquisições, além de cumprir suas obrigações de curto prazo. A respeito, a tabela a seguir retrata as principais obrigações contratuais da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023:

Vencimento (em R\$ milhares)	2024	2025	2026 em diante	Total
Fornecedores	317.861	-	-	317.861
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.109.941	703.266	8.713.207	11.526.414
Arrendamentos a pagar	475.179	462.280	2.400.550	3.338.009
Outras contas a pagar	406.911	1.684.670	-	2.091.581
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.629	-	-	12.629

(b) Estrutura de capital

A administração acredita que a estrutura de capital medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia apresentou, nos períodos indicados, uma distribuição equilibrada, representada por 32,70% de capital de terceiros e 67,30% de capital próprio em 31 de dezembro de 2023, e por 31,90% de capital de terceiros e 68,10% de capital próprio em 31 de dezembro de 2022. A administração acredita que essa relação é condizente com suas atividades, na proporção apresentada

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

na tabela abaixo, para cada um dos exercícios sociais abaixo:

Contas (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	23.931.002	22.921.901
Capital próprio (patrimônio líquido)	49.255.143	48.936.458
Capital total (terceiros + próprio)	73.186.145	71.858.359
Parcela de capital de terceiros	32,70%	31,90%
Parcela de capital próprio	67,30%	68,10%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía em seu saldo contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures advindos das empresas adquiridas ao longo dos anos, a dívida consolidada da Notre Dame Intermédica Participações S.A., além de sua 1ª emissão de debêntures realizada em 10 de julho de 2019, 2ª emissão de debêntures realizada em 30 de outubro de 2021, 3ª emissão de debêntures realizada em 10 de maio de 2022, 4ª emissão de debêntures realizada em 24 de fevereiro de 2023 e 5ª emissão de debêntures realizada em 27 de dezembro de 2023. Os empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes somavam R\$ 11.526,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que, comparado aos empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes de R\$ 11.717,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, significa uma redução de R\$ 191,3 milhões ou 1,63% comparado a 31 de dezembro de 2022, fruto da 4ª e 5ª emissões de debêntures da Companhia, conforme descritas no item 2.1 (f.i), abaixo, e no item 12.3 do formulário de referência, líquidas dos pagamentos de principal e juros do período. Portanto, o montante amortizado foi superior às captações realizadas neste exercício. Do montante referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, R\$ 2.109,9 milhões possuem vencimento no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024.

Considerando a geração de caixa juntamente com outras iniciativas de redução do custo da dívida e otimização do consumo de *capex*¹, a administração acredita que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir os seus compromissos financeiros.

O índice de liquidez corrente da Companhia era de 1,38 e 1,15 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Adicionalmente, a administração acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para fortalecer e incrementar ainda mais seus planos de negócios e investimentos, assim como cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram **(i)** o caixa gerado por

¹ Investimento de capital.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

meio de suas atividades operacionais; **(ii)** a oferta pública subsequente de ações; **(iii)** a entrada dos recursos provenientes da operação de *sale & leaseback* realizada em 27 de março de 2023 no montante de R\$ 1.125,00 milhões (*Sale & Leaseback*); e **(iv)** a utilização de financiamentos de terceiros, cujos recursos advieram da oferta pública com esforços restritos de colocação das 4ª e 5ª emissões de debêntures da Companhia (HAPV14 e HAPV15) e da *Loan* 4131, conforme descritas no item 2.1 (f.i) abaixo e no item 12 do formulário de referência.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ainda que a Companhia entenda não possuir deficiências de liquidez nesta data, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia pode buscar captações no mercado de capitais e instituições financeiras dado sua capacidade de crédito.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimo	Vencimento	Taxa juros	Indexador	Saldo em 31/12/2023 (em R\$ milhares)
1ª emissão de debêntures (HAPV) – 1ª série	jul/24	109,00%	CDI	625.088
1ª emissão de debêntures (HAPV) – 2ª série	jul/26	110,55%	CDI	250.211
2ª emissão de debêntures (HAPV) – 1ª série	abr/27	1,45%	CDI+	1.272.716
2ª emissão de debêntures (HAPV) – 2ª série	abr/29	1,65%	CDI+	1.273.127
3ª emissão de debêntures (HAPV) – série única	mai/29	1,60%	CDI+	2.026.182
4ª emissão de debêntures (HAPV) – série única	fev/24	1,70%	CDI+	838.292
5ª emissão de debêntures (HAPV) – série única	jan/30	1,75%	CDI+	995.656
6ª emissão de debêntures (HAPV) – privada (iii)	jan/30	Prefixado	Prefixado	-
3ª emissão de debêntures (NDIS) – série única	ago/24	1,60%	CDI+	281.226
4ª emissão de debêntures (BCBF/HAPV) – série única (ii)	set/25	2,65%	CDI+	101.386
5ª emissão de debêntures (BCBF/HAPV) – série única (ii)	nov/25	2,65%	CDI+	297.165
6ª emissão de debêntures (BCBF/HAPV) – série única (ii)	out/27	1,45%	CDI+	1.230.591
Capital de giro - <i>Loan</i> 4131 (NDIS) – série única (iv)	fev/26	1,60%	CDI+	247.728
1ª emissão dos CRI (HAM) - série única (i)	dez/31	107,50%	CDI	1.083.401
1ª emissão dos CRI (BCBF) - 1ª série	dez/27	0,75%	CDI+	533.697
1ª emissão dos CRI (BCBF) - 2ª série	dez/29	7,09%	IPCA+	372.063
1ª Emissão dos CRI (BCBF) - 3ª série	dez/34	7,28%	IPCA+	97.885
Total				11.526.414
Circulante				2.109.941
Não circulante				9.416.473

HAPV: Hapvida Participações e Investimentos S.A.

NDIS: Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

BCBF: BCBF Participações S.A.

US: Ultra Som Serviços Médicos S.A.

HAM: Hapvida Assistência Médica S.A.

(i) Transação com instrumento de *hedge* contratado, visando *swap* da taxa IPCA + 5,7505% para a taxa de 113,32% do CDI. Com a incorporação da Ultra Som Serviços Médicos S.A. na Hapvida Assistência Médica S.A. em 01 de dezembro de 2023, esta assumiu a dívida anteriormente detida pela Ultra Som Serviços Médicos S.A.

(ii) Debêntures cedidas pela controlada BCBF Participações S.A. à Companhia, passando a Companhia a figurar como emissora das respectivas debêntures, para todos os fins e efeitos. A cessão está inserida no contexto de simplificação da estrutura societária da Companhia.

(iii) Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovada pelo conselho de administração da Companhia e por controlada sua a realização da emissão de 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única e de colocação privada, sendo subscritas e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

integralizadas exclusivamente pela Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A. Esta 6ª emissão de debênture privada não tem impacto quando os números são consolidados por ser um endividamento *intercompany*.

(iv) Transação com instrumento de *hedge* contratado, visando *swap* da variação do dólar + 6,84% a.a. para a taxa de CDI+1,60% a.a.

O detalhamento dos contratos financeiros relevantes da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, encontra-se destacado abaixo:

Debêntures

1ª emissão (HAPV)

- Em julho de 2019, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em 2 séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 2.000.000.000,00, composto por **(i)** 1.764.888 debêntures da 1ª série, com vencimento em 10 de julho de 2024; e **(ii)** 235.112 debêntures da 2ª série, com vencimento em 10 de julho de 2026. As debêntures da 1ª série serão amortizadas em três parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 22 de julho de 2019, em 10 de julho de 2022, e as debêntures de 2ª série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer em 10 de julho de 2025. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 30 de abril de 2022.

2ª emissão (HAPV)

Em de outubro de 2021, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em 2 séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 2.500.000.000,00, composto por **(i)** 1.250.000 debêntures da 1ª série, com vencimento em 30 de abril de 2027; e **(ii)** 1.250.000 debêntures da 2ª série, com vencimento em 30 de abril de 2029. As debêntures da 1ª série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 08 de novembro de 2021, em 30 de abril de 2026, e as debêntures de 2ª série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer em 30 de abril de 2028. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 30 de abril de 2022.

3ª emissão (HAPV)

- Em maio de 2022, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 2.000.000.000,00, composto por 2.000.000 debêntures, com vencimento em 10 de maio de 2029. As debêntures serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 13 de maio de 2022, em 10 de maio de 2029. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 10 de novembro de 2022.

4ª emissão (HAPV)

- Em fevereiro de 2023, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 750.000.000,00, composto por 750.000 debêntures, com vencimento em 24 de fevereiro de 2024. As debêntures foram integralmente liquidadas, e canceladas, com pagamento em parcela única em 05 janeiro de 2024. O pagamento dos juros foi realizado de acordo com o previsto.

5ª emissão (HAPV)

- Em dezembro de 2023, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 1.000.000.000,00, composto por 1.000.000 debêntures, com vencimento em 27 de janeiro de 2030. As debêntures serão amortizadas em parcela única ao final do contrato. O pagamento dos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 27 de junho de 2024.

6ª emissão Privada (HAPV)

- Em dezembro de 2023, a Companhia efetuou a 6ª emissão de debêntures privada simples, não conversíveis em ações em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 500.000.000,00, composto por 500.000 debêntures, com vencimento em 27 de janeiro de 2031. As debêntures serão amortizadas em parcela única ao final do contrato, assim como o pagamento dos juros. Por conta de ser uma emissão privada entre empresas do mesmo grupo o valor desta emissão é eliminado na demonstração financeira consolidada.

3ª emissão (NDIS)

- Em agosto de 2019, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (NDIS), controlada da Companhia, captou o montante de R\$ 800.000.000,00 por meio de emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000,00, com vencimento em 01 de agosto de 2024. A remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento em 01 de agosto de 2022.

4ª emissão (BCBF/HAPV)

- Em setembro de 2020, a BCBF Participações S.A. (BCBF), controlada da Companhia, captou o montante de R\$ 750.000.000,00 por meio de emissão de 750.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000, com vencimento em 22 de setembro de 2025, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 3º ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 22 de março de 2021.

5ª emissão (BCBF/HAPV)

- Em novembro de 2020, a BCBF captou o montante de R\$ 700.000.000,00 por meio de emissão de 700.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 1.000,00 com vencimento em 04 de novembro de 2024, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 3º ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 04 de maio de 2021.

6ª emissão (BCBF/HAPV)

- Em outubro de 2021, a BCBF captou o montante de R\$ 1.200.000.000,00, por meio de emissão de 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 1.000,00 com vencimento em 7 de outubro de 2027, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 4º ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 07 de abril de 2022.

Loan 4131

Capital de giro - Loan 4131 (NDIS) | Intercompany Loan 4131 atrelado a Standby Letter of Credit

- Em fevereiro de 2023, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada da Companhia, captou o montante de USD 50.000.000,00 por meio do instrumento bancário *Standby Letter of Credit*, com vencimento em 28 de fevereiro de 2026. A remuneração será paga em parcela única.

Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI

1ª emissão (HAM/US)

- Em dezembro de 2021, a Companhia participou da 1ª emissão dos CRI (da sua subsidiária Ultra Som), com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor total de emissão de R\$ 1.001.700.000,00, composto por 1.001.700 debêntures de série única (lastro), com vencimento em 11 de dezembro de 2031. Sobre a captação de recursos a partir de uma operação de securitização (emissão dos CRI) incide juros de IPCA + 5,7505%. As debêntures dos CRI serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 01 de dezembro de 2021,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em 12 de dezembro de 2030. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 13 de junho de 2022. Ainda, com o objetivo de proteger a exposição em inflação dessa operação, a Companhia contratou *swaps* atrelados a operação de CRI devidamente casados com mesmos prazos, taxas e valores.

1ª emissão BCBF Participações S.A. (BCBF)

- Em dezembro de 2022, a Companhia participou da 1ª emissão dos CRI (da sua subsidiária BCBF), da 1ª, 2ª e 3ª séries com valores unitários de R\$ 1.000,00, totalizando o valor total de R\$ 1.000.000.000,00, com vencimento em 15 de dezembro de 2027, 15 de dezembro de 2029 e 15 de dezembro de 2034, respectivamente. Sobre a captação de recursos a partir de uma operação de securitização (emissão dos CRI) incide juros de CDI + 0,75%, IPCA + 7,0913% e IPCA + 7,2792%, respectivamente. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 15 de junho de 2023.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas são garantidos por: (i) garantia fidejussória na forma de fiança prestada apenas por fiadores do grupo econômico da Companhia, (ii) alienação fiduciária dos bens hospitalares financiados, ou (iii) aplicações financeiras mantidas nas mesmas instituições onde os créditos foram contratados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo que sejam consideradas relevantes individualmente.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, conforme alteradas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Nesta data, a Companhia é parte, como tomadora, em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes (conforme item 2.1(f.i), acima) e, no contexto de tais empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, sem se restringir:

Debêntures

*1ª emissão (HAPV), 2ª emissão (HAPV), 3ª emissão (HAPV), 4ª emissão (HAPV), 5ª emissão (HAPV), 4ª emissão (BCBF/HAPV), 5ª emissão (BCBF/HAPV), 6ª emissão (BCBF/HAPV), 3ª emissão (NDIS), 1ª emissão (HAM/US) e 1ª emissão BCBF Participações S.A. (BCBF)*²:

- Covenants* financeiros: conforme tabela abaixo.

² Resumo de todas as emissões do grupo, exceto a 4ª emissão (HAPV) privada, descrita mais adiante no documento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Covenant Financeiro	Valor limite pactuado com os credores	Valor efetivamente performado em 31 de dezembro de 2023	Vencimento antecipado (automático ou não automático) em caso de descumprimento do covenant financeiro
Dívida Líquida/Ebitda Ajustado*	≤ 3,0	1,38	Vencimento não automático

*Sendo que (conforme estabelecido nos instrumentos contratuais): (i) Dívida Líquida: a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, obrigações financeiras para fins de aquisição de outras sociedades, instrumentos de mercado de capital local e internacional e do saldo dos derivativos da Emissora (Endividamento), em bases consolidadas, menos as disponibilidades em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras; e (ii) Ebitda Ajustado: o lucro ou prejuízo líquido da emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 últimos meses, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de depreciação e amortização, (d) do custo não caixa de *stock option*, *stock grant* e plano de ações virtuais, (e) do *impairment*, e (f) das receitas ou despesas não recorrentes e dos ganhos e perdas na venda de ativos.

- *Covenants* não financeiros:
 - Vencimento automático:

Quando se tratar de obrigação de pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou da Remuneração após 1 dia útil da data do vencimento, decretação de falência da Companhia e/ou da Fiadora e/ou de suas Controladas Relevantes, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou da Fiadora e/ou de suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido e a alteração do objeto social da Companhia e/ou da Fiadora, conforme disposto em seu respectivo Estatuto Social, vigente na Data de Emissão, que resulte em alteração da atividade principal da Companhia e/ou da Fiadora.

- Vencimento não automático:

Inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nas respectivas escrituras de emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do referido, em caso de cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a Fiadora, salvo se a operação for uma Operação Societária Permitida, descumprimento, pela Emissora, por 3 (três) trimestres consecutivos ou alternados apurados durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado ≤ 3,0).

6ª emissão (HAPV) – privada

- *Covenants* financeiros: não aplicável.
- *Covenants* não financeiros:
 - Vencimento automático: não aplicável.
 - Vencimento não automático:

Em caso de inadimplemento, pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e/ou prevista na respectiva escritura de emissão, na respectiva data de pagamento prevista na escritura de emissão; liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; decretação de falência da Companhia; pedido de autofalência formulado pela Companhia; pedido de falência da Companhia formulado por terceiros, não devidamente elidido, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio cujo efeito seja a extinção ou suspensão do procedimento falimentar, em qualquer hipótese no respectivo prazo legal; e pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido.

Loan 4131 (NDIS) (capital de giro)

- *Covenants* financeiros: não aplicável.
- *Covenants* não financeiros:
 - Vencimento automático: não aplicável.
 - Vencimento não automático:

Em caso de transferência a terceiros que não sejam do grupo econômico da Companhia e/ ou controladas controladoras, sem a concordância escrita do banco, se a Companhia e/ou controladas e controladoras tiverem os eu controle direto ou indireto transferido a terceiro que não seja integrante do grupo econômico da Companhia. Mudança ou alteração do objeto social da Companhia e/ ou controladas controladoras, alterar substancialmente a natureza das atuais atividades principais exercidas pela Companhia, respectivamente, ou agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação as atividades atualmente desenvolvidas. Se a Companhia e/ ou controladas controladoras, propuserem plano de recuperação extrajudicial a quaisquer de seus credores ou ingressarem em juízo com pedido de recuperação judicial.

Ainda, vale ressaltar que 100% do endividamento relevante da Companhia, representado pelos contratos relevantes divulgados no item 2.1 (f)(i) acima possuem cláusula de vencimento antecipado e inadimplemento cruzado (*cross-default* ou *cross-acceleration*), sendo que seus respectivos valores são apresentados no referido item, perfazendo um total de R\$ 12.026,4 milhões, saldo este que inclui o valor de R\$ 500,0 mil da 6ª emissão de debêntures (HAPV) (privada). Desta forma, a ocorrência de um evento de inadimplência sob um desses instrumentos poderia desencadear um evento de inadimplência sob outro endividamento ou permitir que os credores sob outro endividamento acelerassem esse endividamento. Tais contratos também possuem cláusulas de vencimento antecipado em caso de eventual descumprimento de *covenants* ou de outras obrigações e/ou de declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas estavam atendendo integralmente aos índices financeiros e às cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado acordados em suas operações.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, uma vez que os contratos celebrados de empréstimos e financiamentos pela Companhia não possuem limites de utilização. 100% dos financiamentos contratados já foram utilizados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em				AH (%)
	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	31/12/2023 vs. 31/12/2022
Receita líquida de serviços prestados	968.018	3,49%	987.576	4,15%	-1,98%
Receita de seguros	26.801.772	96,51%	22.824.151	95,85%	17,43%
Custos dos serviços prestados	(1.865.701)	-6,72%	(2.209.016)	-9,28%	-15,54%
Despesa de seguros	(22.864.213)	-82,33	(21.603.850)	-90,73%	5,83%
<i>Lucro bruto</i>	<i>3.039.876</i>	<i>10,95%</i>	<i>(1.139)</i>	<i>0,00%</i>	<i>-266.989,90%</i>
Despesas de vendas	(284.629)	-1,02%	(251.694)	-1,06%	13,09%
Despesas administrativas	(1.670.533)	-6,02%	(2.028.037)	-8,52%	-17,63%
Outras receitas operacionais, líquidas	86.943	0,31%	551.909	2,32%	-84,25%
<i>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</i>	<i>1.171.657</i>	<i>4,22%</i>	<i>(1.728.961)</i>	<i>-7,26%</i>	<i>-167,77%</i>
Receitas financeiras	1.029.747	3,71%	864.481	3,63%	19,12%
Despesas financeiras	(2.902.641)	-10,45%	(2.011.029)	-8,45%	44,34%
<i>Despesas financeiras, líquidas</i>	<i>(1.872.894)</i>	<i>-6,74%</i>	<i>(1.146.548)</i>	<i>-4,82%</i>	<i>63,35%</i>
<i>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro</i>	<i>(701.237)</i>	<i>-2,53%</i>	<i>(2.875.509)</i>	<i>-12,08%</i>	<i>-75,61%</i>
<i>Imposto de renda e contribuição social</i>	<i>(56.817)</i>	<i>-0,20%</i>	<i>1.157.389</i>	<i>4,86%</i>	<i>-104,91%</i>
Corrente	(190.713)	-0,69%	(22.581)	-0,09%	744,57%
Diferido	133.896	0,48%	1.179.970	4,96%	-88,65%
(Prejuízo)/Lucro líquido das operações continuadas do exercício	(758.054)	-2,73%	(1.718.120)	-7,22%	-55,88%
(Prejuízo)/Lucro líquido das operações descontinuadas do exercício	645	0,00%	-	-	-
<i>Prejuízo do exercício</i>	<i>(757.409)</i>	<i>-2,73%</i>	<i>(1.718.120)</i>	<i>-7,22%</i>	<i>-55,92%</i>

Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia, já em linha com o padrão contábil previsto no IFRS 17 (CPC 50), é composta pela receita líquida de serviços prestados (atrelada a prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico, além da prestação de serviços de administração de planos de saúde e odontológicos da modalidade pós pagamento) e a receita de seguros (atrelada aos contratos de seguro nos segmentos de saúde e odontológico, tanto individuais quanto coletivos).

A receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondente à receita líquida de serviços prestados somada à receita de seguros, foi de R\$ 27.769,8 milhões comparativamente a R\$ 23.811,7 milhões no exercício social de 2022, o que representou um aumento de R\$ 3.958,1 milhões ou 16,62%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (i) receita operacional líquida referente ao mês de janeiro de 2023 proveniente das operações das empresas NDI, pelo fato de que este grupo de empresas somente passou a ser consolidado pela Companhia em 01 de fevereiro de 2022 (*closing* em 11 de fevereiro de 2022), dessa forma, não contemplando o mês de janeiro de 2022 da demonstração de resultado comparativa;
- (ii) receita operacional líquida proveniente das operações do grupo HB Saúde, subsidiárias consolidadas pela Companhia em 02 de janeiro de 2023, conforme operação informada no item 1.12 do formulário de referência;
- (iii) crescimento do *ticket* médio de saúde e odonto em 11,0% e 2,1%, respectivamente, no exercício social de 2023 em relação ao exercício social de 2022, em função de uma política de preços adequada aos novos produtos lançados nas diversas regiões onde a Companhia está presente, bem como no repasse de inflação, com o consequente reajuste dos preços; e
- (iv) aumento na base da Companhia de cerca de 60 mil vidas em planos odontológicos quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Despesas de seguros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as despesas de seguros da Companhia totalizaram R\$ 22.864,2 milhões, comparativamente a R\$ 21.603,9 milhões no exercício social de 2022, o que representou um aumento de 5,83%.

Dentre outros fatores, o aumento verificado pode ser justificado pelo aumento nos sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis, tanto nos seguros individuais quanto nos coletivos, inclusive considerando o impacto nas operações (seja rede própria ou credenciada) decorrentes da inflação médica e inflação geral, dissídios coletivos com pessoal, incremento no uso de materiais e medicamentos em função da alta no volume de exames e novas terapias impostas pela ANS.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.039,9 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 1,1 milhão no exercício social de 2022, o que representou um aumento de R\$ 3.041,0 milhões. O lucro bruto representou 10,95% e 0,00% da receita auferida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento da representatividade do lucro bruto em relação à receita operacional líquida deveu-se a um incremento de precificação (crescimento do *ticket* médio de saúde e odonto em 11,0% e 2,1%, respectivamente) e a um menor peso do sinistro no negócio em virtude de incremento de verticalização e capturas de sinergias. Além disso, a rubrica de lucro bruto também sofreu os efeitos da remensuração decorrente das receitas e despesas de seguros, conforme o IFRS 17 (CPC 50).

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 284,6 milhões, um aumento de R\$ 32,9 milhões, se comparado a R\$ 251,7 milhões no exercício de 2022 influenciado, principalmente, por aumentos nas despesas relacionadas a pessoal próprio.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas administrativas

Despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.670,5 milhões comparativamente a R\$ 2.028,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma redução de 17,63%. As despesas administrativas representaram 6,02% e 8,52% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

O principal fator que ocasionou a redução de tais despesas entre os períodos comparados foi a saída de participantes dos planos de remuneração baseado em ações (Stock Option e Stock Grant), o que ocasionou um menor volume de provisões em 2023.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 86,9 milhões comparativamente a R\$ 551,9 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma diminuição de R\$ 465,0 milhões ou 84,25%. As outras receitas operacionais líquidas representaram 0,31% e 2,32% da Receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O principal fator que ocasionou a diminuição de tal receita entre os períodos comparados foi o efeito positivo em 2022 do ajuste de preço da aquisição da Premium e Promed (empresas adquiridas) no valor de R\$ 501,6 milhões beneficiando o período comparativo.

Resultado antes do resultado financeiro e impostos

O resultado antes do resultado financeiro e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.171,7 milhões (positivo) comparativamente a um valor negativo de R\$ 1.729,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 2.900,6 milhões. O resultado antes do resultado financeiro e impostos representou 4,22% e -7,26% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto positivo é atribuído substancialmente aos fatores anteriormente mencionados.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.029,7 milhões comparativamente a R\$ 864,4 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 165,3 milhões. As receitas financeiras representaram 3,71% e 3,63% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto positivo é atribuído: (i) ao aumento das receitas financeiras de aplicações em função do aumento do saldo patrimonial em R\$ 1.863,0 milhões advindo com as operações de captações de recursos em 2023; (ii) ao aumento dos recebimentos em atraso em R\$ 28,6 milhões; e (iii) do incremento das receitas com outras atualizações monetárias em R\$ 36,8 milhões em função também do aumento dos saldos patrimoniais correspondentes.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 2.902,6 milhões comparativamente a R\$ 2.011,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou um aumento na comparação entre os exercícios de R\$ 891,6 milhões. As despesas financeiras representaram 10,45% e 8,45% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

respectivamente. Este impacto negativo é atribuído, dentre outros fatores: (i) ao aumento dos juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos em função das operações de captações de recursos em 2023; (ii) ao aumento dos juros de direito de uso em função da operação de *Sale & Leaseback* realizada em 27 de março de 2023, a qual incrementou o impacto nos juros de direito de uso em R\$ 67,9 milhões, operação esta que não existia em 2022; e (iii) ao incremento das despesas com outras atualizações monetárias em R\$ 27,9 milhões em função também do aumento dos saldos patrimoniais correspondentes.

Receitas (Despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou receitas (despesas) financeiras líquidas de R\$ 1.872,9 milhões em comparação com receitas (despesas) financeiras líquidas de R\$ 1.146,5 milhões ocorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O principal fator que influenciou a variação foi a operação de *Sale & Leaseback* realizada em 27 de março de 2023, a qual incrementou o impacto nos juros de direito de uso em R\$ 67,9 milhões, operação esta que não existia em 2022. As demais despesas financeiras foram compensadas pela diminuição do saldo da dívida líquida da Companhia.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 701,2 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 2.875,5 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 2.174,3 milhões ou -75,61%. Este impacto positivo é atribuído substancialmente aos fatores anteriormente mencionados.

Imposto de renda e contribuição social

A rubrica "Imposto de renda e contribuição social" no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresentou um saldo devedor em um montante de R\$ 56,8 milhões comparativamente a um montante credor de R\$ 1.157,4 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma variação aproximada de R\$ 1.214,2 milhões. Os principais fatores de 2023 foram:

- (i) imposto corrente – o incremento de R\$168,1 milhões deve-se ao imposto da operação pontual de *Sale & Leaseback*, realizada em 27 de março de 2023, calculado em R\$121,3 milhões e, o restante, é fruto principalmente da retomada gradual do desempenho operacional; e
- (ii) imposto diferido – houve menor constituição de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa em R\$ 174,6 milhões, fruto principalmente da retomada gradual do desempenho operacional, e R\$ 238,6 milhões de diferenças temporárias sobre a movimentação de provisão, e R\$ 176,3 milhões decorrentes de adoção da nova norma IFRS 17 (CPC 50).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício

O prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 757,4 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 1.718,1 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma redução de 55,92%, a qual é explicada pela análise integrada das informações acima mencionadas das demais rubricas. O prejuízo do exercício representou 2,73% da receita líquida em 2023 ante a 7,22% em 2022.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		AH (%)
	2023	2022	31/12/2023 vs. 31/12/2022
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.334.666	971.907	140,21%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(877.632)	2.099.888	-141,79%
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(1.278.109)	(2.151.136)	-40,58%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 2.334,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 971,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 1.362,8 milhões, ou 140,21%, é justificado substancialmente:

- (i) pelo efeito positivo não caixa nos ajustes ao lucro (prejuízo) líquido no total de R\$ 2.545,5 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022 o montante foi de R\$ 168,3 milhões;
- (ii) utilização de tributos a recuperar ocasionando um efeito positivo de R\$ 224,9 milhões, passando de (R\$ 329,9) milhões em 31 de dezembro de 2022 para (R\$ 104,9) milhões em 31 de dezembro de 2023; e
- (iii) pelo incremento de outras contas a pagar em R\$ 721,8 milhões, sendo (R\$ 377,8) milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 3.444,1 milhões em 31 de dezembro de 2023, haja vista que, em 2022, houve grande desembolso para pagamento de títulos em aberto/vencidos de empresas adquiridas.

Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 877,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado ao fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento de R\$ 2.099,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

variação negativa de geração de caixa de R\$ 2.977,5 milhões, ou -141,79%, é justificada majoritariamente pelo incremento nas aplicações em R\$ 7.043,4 milhões parcialmente compensado pela diminuição de pagamentos de aquisição de investimentos em R\$ 2.583,3 milhões que havia sido relevante em 2022 (decorrente da combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A.) e, ainda, pela entrada dos recursos provenientes da operação de *Sale & Leaseback*, no montante de R\$ 1.250,0 milhões.

Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.278,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado ao caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 2.151,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução no consumo de caixa em R\$ 873,0 milhões, ou 40,58%, é justificada, principalmente, pelo montante de R\$ 1.017,0 milhões referente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio a maior em 2022, parte do pagamento fruto da combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A. Os eventos de captação de dívida (captação e pagamentos) foram lineares para os dois exercícios.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados: os diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia e consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi originada pelo crescimento do número de beneficiários em planos odontológicos, pelo aumento do *ticket* médio da carteira de clientes da Companhia, pela oferta de serviços médico-hospitalares a terceiros e pela aquisição de subsidiárias, em especial a combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A., conforme detalhada nos itens 1.12 e 2.4 do formulário de referência.

O *ticket* médio da carteira de clientes da Companhia é influenciado pelo reajuste de preço dos planos de atuais beneficiários, pelo aumento da tabela de venda de planos para novos beneficiários e pela mudança de faixa etária. O reajuste de preços por faixa etária é regulado pela ANS através da Instrução Normativa 63/2003.

A administração esclarece ainda que, no contexto da adoção do IFRS 17 (CPC 50), as DFs CPC 50 da Companhia passaram a classificar a receita entre a receita líquida de serviços prestados (atrelada a prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico, além da prestação de serviços de administração de planos de saúde e odontológicos da modalidade pós pagamento) e a receita de seguros (atrelada aos contratos de seguro nos segmentos de saúde e odontológico, tanto individuais quanto coletivos).

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:

- número de beneficiários de planos de saúde e de planos odontológicos;
- aumento do *ticket* médio;
- ganho em eficiência operacional através da diluição de custos fixos, especialmente folha médica, serviços de terceiros e aumento de coparticipação;
- redução de representatividade de despesas operacionais, através da diminuição de despesas com pessoal; e
- em especial, para o exercício de 2022, a combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A. foi um fator que impactou materialmente todas as linhas do resultado operacional da Companhia em virtude daquela operar com margens diferentes da Companhia.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Seguem abaixo os cenários que os diretores entendem que acarretaram variações relevantes das receitas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

- *novos produtos*: a criação de novos planos, sejam eles mais ou menos verticalizados, planos

2.2 Resultados operacional e financeiro

ambulatoriais e/ou hospitalares, para o atendimento customizado dos nossos clientes, além da prestação de serviços médico-hospitalares à terceiros;

- *alterações de volumes e modificações de preços:* crescimento do *ticket* médio de saúde e odonto em 11,0% e 2,1%, respectivamente, exercício social de 2023 em relação ao exercício social de 2022, em função de uma política de preços adequada aos novos produtos lançados nas diversas regiões onde a Companhia está presente, bem como no repasse de inflação, com o consequente reajuste dos preços;
- *taxas de câmbio:* não aplicável, as variações relevantes da receita da Companhia não foram atribuíveis a taxa de câmbio; e
- *inflação:* componente que, indiretamente, acarreta variação da receita da Companhia. Nossos custos dos serviços prestados são influenciados pela inflação, e, consequentemente, essa inflação é repassada através dos reajustes dos planos de saúde e odontológicos, conforme explicado anteriormente.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No que tange à inflação, a Companhia é diretamente afetada pela inflação médica e inflação geral relacionada aos insumos médicos, bem como aos dissídios coletivos aplicáveis aos seus colaboradores da rede assistencial. Contudo, a administração da Companhia entende que as variações nos custos médico-hospitalares que o mercado vivencia há alguns anos têm impactado em menor proporção a Companhia devido às suas ações atreladas à verticalização e à integração para obter eficiência de custos. A Companhia entende que, para prestar um serviço de qualidade, não é necessário ter altos custos, perseguindo com afinco a maior eficiência operacional possível, comprovada pela baixa sinistralidade em nossos resultados se comparados com os concorrentes.

No que tange aos riscos da taxa de juros, a Companhia possui todas as suas captações mais relevantes, conforme detalhadas no item 2.1 (f) acima, atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A alta da taxa de juros pode proporcionar uma maior despesa e, consequentemente, uma maior receita financeira das aplicações da Companhia, mas não um efeito adverso relevante em seus resultados.

No que tange à taxa de câmbio, a Companhia não faz aplicações de seus recursos no exterior. Quase a totalidade de seus fornecedores são nacionais, de forma que o volume de operações realizadas pela Companhia para importar materiais e medicamentos para prestação de seus serviços é pouco substancial em termos de valores.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Práticas contábeis: os diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Novas normas em vigor - IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros

O IASB emitiu o IFRS 17 (CPC 50), em substituição ao IFRS 4 (CPC 11), que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O IFRS 17 (CPC 50), recepcionado pela CVM, é aplicável para exercícios anuais com início em 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva a partir de 01 de janeiro de 2022. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023, originalmente emitidas em 28 de março de 2024 sob o IFRS 4 (CPC 11), foram reapresentadas para incluir os impactos de adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50).

O IFRS 17 (CPC 50) trouxe mudanças significativas na mensuração dos contratos na modalidade individual, introduzindo o conceito de mensuração dos contratos de seguro através de fluxos de caixa de cumprimento, incluindo estimativas de fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, e um ajuste de risco para risco não financeiro, conforme detalhamento abaixo.

I. Contratos de seguros

(i) Identificando contratos no alcance do IFRS 17 (CPC 50)

O IFRS 17 (CPC 50) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e contratos de resseguro.

A Companhia e suas controladas comercializam: (a) planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar próprias; e (b) planos odontológicos com o serviço prestado por meio de rede credenciada. Nessas operações, a depender do tipo de contratação (modalidade), as operadoras de saúde/entidades controladas da Companhia aceitam ou não o risco de seguro significativo.

Ainda, existem duas modalidades de contratos: (a) pré-estabelecido: o beneficiário paga uma taxa fixa e, em contrapartida, a Companhia e suas controladas arcam com os riscos do beneficiário (no que tange a quando ocorrerá, se ocorrerá e quanto será o desembolso), conforme o contrato, havendo transferência do risco do beneficiário para a operadora, e, portanto, classificado dentro do alcance do IFRS 17 (CPC50) e reconhecido como contrato de seguros; e (b) pós-estabelecido: o beneficiário realiza procedimentos e consultas e paga o valor tabelado em contrato, devendo quitar os valores no mês subsequente, ou seja, o segurado arca totalmente com a aleatoriedade dos riscos existentes para esta modalidade de contratos. Desta forma, essa natureza de contrato não se enquadra na norma IFRS 17 (CPC 50), dado que não há transferência de risco entre operadora e beneficiário e, portanto, classificado dentro do alcance do IFRS 15 (CPC 47) e reconhecido como contrato com clientes.

(ii) Nível de agregação

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

De acordo com o IFRS 17 (CPC 50), os contratos de seguros são agrupados para fins de mensuração. Os grupos de contratos são determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos emitidos e mantidos. Uma carteira compreende contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto.

A Companhia e suas controladas verificaram se seus contratos de seguros poderiam conter um ou mais componentes que estariam dentro do alcance de outro pronunciamento contábil, e não foi identificado em seus contratos nenhum componente que devesse ser contabilizado separado.

Em seguida, foram identificados os respectivos portfólios do grupo, considerando similaridade de risco e gestão em conjunto. No contexto de segregação, foram observados prazos de vigência distintos nos contratos, portanto estes são contabilizados por diferentes modelos de mensuração, conforme apresentado abaixo:

Portfólio	Modelo de mensuração ¹
Saúde individual	BBA
Odontológico individual	BBA
Saúde coletivo	PAA
Odontológico coletivo	PAA

Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente os portfólios de contratos acima, cada um compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Os contratos em diferentes linhas de produtos ou emitidos por diferentes entidades da Companhia e suas controladas estão em portfólios diferentes. Cada portfólio foi dividido então em safras anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada safra anual em três grupos: (i) quaisquer contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; (ii) quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) quaisquer contratos remanescentes na safra anual.

II. Reconhecimento inicial - Transição

Sob a abordagem retrospectiva completa, em 01 de janeiro de 2022 a Companhia e suas controladas:

- identificaram, reconheceram e mensuraram cada grupo de contratos de seguro e como se o IFRS 17 (CPC 50) tivesse sempre sido aplicado;
- desconsideraram o reconhecimento de quaisquer saldos que não existiriam se o IFRS 17 (CPC 50) sempre tivesse sido aplicado. São incluídos alguns custos diferidos de aquisição de contratos

¹ Modelos de mensuração:

PAA (do inglês, *premium allocation approach*): é o modelo simplificado, no qual a mensuração é similar ao padrão contábil do IFRS4 utilizado até 2022, baseada na emissão de prêmios. Este foi o modelo utilizado pela Companhia para os contratos coletivos (curto prazo).

BBA (do inglês, *building block approach*): é o modelo geral, no qual são apurados os fluxos de caixa de cumprimento refletindo as possíveis entradas e saídas deste grupo de contrato trazidos a valor presente e adicionando um ajuste de risco para refletir as possíveis variações que não forem capturadas pelos fluxos de caixa. Desse modo, é determinada a margem de serviço contratual (CSM, do inglês *contractual service margin*), a qual será reconhecida posteriormente ao longo do período de cobertura. Este foi o modelo utilizado pela Companhia para os contratos individuais (longo prazo).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

de seguro, valores a receber e a pagar de seguros, além de provisões atribuíveis a contratos de seguro existentes. Nos termos do IFRS 17 (CPC 50), são incluídos na mensuração dos contratos de seguro;

A Companhia e suas controladas consideraram a abordagem retrospectiva completa inviável para os portfólios individuais em decorrência das seguintes circunstâncias:

- Os efeitos da aplicação retrospectiva não foram determináveis porque as informações necessárias não foram coletadas com granularidade suficiente ou estão indisponíveis em razão das migrações do sistema, requisitos de retenção de dados ou outros motivos. Essas informações incluem, para determinados contratos:
 - As informações sobre fluxos de caixa históricos (incluindo fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros fluxos de caixa incorridos antes do reconhecimento dos contratos relacionados) e taxas de desconto exigidas para determinar as estimativas dos fluxos de caixa no reconhecimento inicial e nas mudanças subsequentes em uma base retrospectiva;
 - As informações sobre determinadas mudanças em premissas e estimativas, pois elas não foram documentadas de forma contínua.

Abordagem de valor justo

Ao aplicar a abordagem de valor justo, a Companhia e suas controladas determinam a margem de serviço contratual (ou CSM, do inglês *contractual service margin*) ou componente de perda do passivo por cobertura remanescente na data de transição como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos de seguro nessa data e os fluxos de caixa de cumprimento mensurados nessa data de transição.

Dado o cenário da Companhia e suas controladas, uma vez que não possui informações suficientes relacionadas aos fluxos de caixa históricos, para todos os portfólios individuais, foi aplicada a abordagem de valor justo.

A abordagem do valor justo possui as seguintes características na transição:

- *Agrupamento de contratos:* permite-se o agrupamento de contratos de distintos anos de subscrição;
- *Fluxos esperados de caixa iniciais:* permite-se obter os fluxos futuros de caixa com base em hipóteses correspondentes ao momento da avaliação;
- *Taxa de desconto:* utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos do IFRS 17 (CPC 50) (*bottom-up*) com informação do momento de transição; e
- *Risk adjustment:* cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento da transição.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A metodologia Valor Justo foi aplicada no período indicado devido à ausência de dados consistentes disponíveis para aplicação da metodologia Retrospectiva Completa por grupo de contratos.

Abordagem retrospectiva completa

Para a aplicação da abordagem retrospectiva completa, o grupo utilizou todos os dados históricos disponíveis desde a data de início dos grupos ou safras dos portfólios coletivos até a data da transição. Dado que a Companhia e suas controladas dispuseram de informações suficientes relacionadas aos fluxos de caixa históricos para todos os portfólios coletivos, foi possível a aplicação da abordagem retrospectiva completa.

III. Saldos comparativos – IFRS 4 (CPC 11) vs. IFRS 17 (CPC 50)

A Companhia providenciou a elaboração e divulgação das suas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 17 – Contratos de Seguro, internalizado no Brasil pelo CPC 50 (novamente, DFs CPC 50), refletindo os ajustes decorrentes dos impactos advindos da adoção desse padrão contábil e os respectivos efeitos em seus ativos, passivos e resultados.

Abaixo são demonstrados os efeitos da adoção da nova norma – IFRS 17 (CPC 50), em comparação com a norma anterior – IFRS 4 (CPC 11):

Balanço patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e adoção inicial ("Transição") em 01 de janeiro de 2022.

		Controladora	
		31 de dezembro de 2023	
		Original	Reapresentado
		Ajuste (i)	o
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante		1.301.507	- 1.301.507
Caixa e equivalentes de caixa		857.991	- 857.991
Aplicações financeiras		226.979	- 226.979
Tributos a recuperar		203.423	- 203.423
Outros ativos		13.114	- 13.114
Não circulante		57.498.333	161.585 57.659.918
Aplicações financeiras		133	- 133
Ativo fiscal diferido		1.495.115	(328.046) 1.167.069
Depósitos judiciais		10.689	- 10.689
Outros créditos com partes relacionadas		1.688	- 1.688
Outros ativos		8.585	- 8.585
Investimentos		55.977.758	489.631 56.467.389
Imobilizado		4.363	- 4.363
Intangível		2	- 2
Total do ativo		58.799.840	161.585 58.961.425
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		2.073.295	- 2.073.295
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.800.299	- 1.800.299
Fornecedores		2.241	- 2.241
Obrigações sociais		1.545	- 1.545
Tributos e contribuições a recolher		20.145	- 20.145
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		2.552	- 2.552
Arrendamentos a pagar		1	- 1

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Outros débitos com partes relacionadas	224.261	-	224.261
Outras contas a pagar	22.251	-	22.251
Não circulante	7.634.356	-	7.634.356
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.610.115	-	7.610.115
Arrendamentos a pagar	167	-	167
Passivo fiscal diferido	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.074	-	2.074
Outras contas a pagar	22.000	-	22.000
Patrimônio líquido	49.092.189	161.585	49.253.774
Total do passivo e patrimônio líquido	58.799.840	161.585	58.961.425

(i) Ajustes decorrentes dos impactos no patrimônio líquido das controladas, advindos da remensuração de contratos pelo IFRS 17 (CPC 50) e os respectivos efeitos em seus ativos e passivos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Controladora						
Balço patrimonial	31 de dezembro de 2022			1º de janeiro de 2022 – Transição		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
Ativo						
Circulante	246.160	-	246.160	129.437	-	129.437
Caixa e equivalentes de caixa	3.242	-	3.242	5.375	-	5.375
Aplicações financeiras	230	-	230	-	-	-
Tributos a recuperar	173.610	-	173.610	71.803	-	71.803
Dividendos e JCP a receber	47.821	-	47.821	47.001	-	47.001
Outros ativos	21.257	-	21.257	5.258	-	5.258
Não circulante	54.740.199	179.747	54.919.946	15.103.966	1.122.028	16.225.994
Aplicações financeiras	673	-	673	2.673.392	-	2.673.392
Ativo fiscal diferido	900.537	(156.891)	743.646	370.614	-	370.614
Depósitos judiciais	3.790	-	3.790	2.625	-	2.625
Outros créditos com partes relacionadas	345	-	345	345	-	345
Outros ativos	13.200	-	13.200	18.000	-	18.000
Investimentos	53.816.608	336.638	54.153.246	12.031.246	1.122.028	13.153.274
Imobilizado	5.029	-	5.029	7.675	-	7.675
Intangível	17	-	17	69	-	69
Total do ativo	54.986.359	179.747	55.166.106	15.233.403	1.122.028	16.355.431

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	928.344	-	928.344	731.260	-	731.260
Empréstimos, financiamentos e debêntures	781.592	-	781.592	682.662	-	682.662
Fornecedores	1.550	-	1.550	293	-	293
Obrigações sociais	1.694	-	1.694	3.851	-	3.851
Tributos e contribuições a recolher	4.799	-	4.799	5.110	-	5.110
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.552	-	2.552	20.497	-	20.497
Arrendamentos a pagar	148	-	148	1.277	-	1.277
Instrumentos financeiros derivativos	18.468	-	18.468	-	-	-
Outros débitos com partes relacionadas	104.480	-	104.480	4.335	-	4.335
Outras contas a pagar	13.061	-	13.061	13.235	-	13.235
Não circulante	5.308.578	-	5.308.578	3.930.002	-	3.930.002
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.307.412	-	5.307.412	3.900.889	-	3.900.889
Arrendamentos a pagar	260	-	260	2.635	-	2.635
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	906	-	906	26.478	-	26.478
Patrimônio líquido	48.749.437	179.747	48.929.184	10.572.141	1.122.028	11.694.169
Total do passivo e patrimônio líquido	54.986.359	179.747	55.166.106	15.233.403	1.122.028	16.355.431

(i) Ajustes decorrentes dos impactos no patrimônio líquido das controladas, advindos da remensuração de contratos pelo IFRS 17 (CPC 50) e os respectivos efeitos em seus ativos e passivos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Balço patrimonial	Consolidado		
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	1.430.144	-	1.430.144
Aplicações financeiras	5.573.479	-	5.573.479
Contas a receber de clientes	1.610.003	(1.134.270) (i)	475.733
Ativos de contratos de seguro	-	153.693 (i)	153.693
Estoques	318.605	-	318.605
Tributos a recuperar	835.057	-	835.057
Despesa de comercialização diferida	391.228	(391.228) (i/ii)	-
Outros ativos	353.856	26.133 (iii)	379.989
Ativos líquidos de controladas destinados para venda	14.880	-	14.880
	64.628.589	(624.024)	64.004.565
Não circulante			
Aplicações financeiras	886.276	-	886.276
Ativo fiscal diferido	3.096.139	494.776 (iv)	3.590.915
Depósitos judiciais	2.226.206	-	2.226.206
Despesa de comercialização diferida	570.132	(570.132) (i/ii)	-
Instrumentos financeiros derivativos	772	-	772
Outros créditos com partes relacionadas	5.219	-	5.219
Outros ativos	121.774	-	121.774
Investimentos	5.518	-	5.518
Imobilizado	6.882.558	-	6.882.558
Intangível	50.833.995	(548.668) (v)	50.285.327
Total do ativo	75.155.841	(1.969.696)	73.186.145

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Passivo e patrimônio líquido

Circulante	8.538.348	(1.865.667)	6.672.681
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.109.941	-	2.109.941
Fornecedores	292.018	25.843 (iii)	317.861
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3.999.446	(3.999.446) (i/iii)	-
Passivos de contrato de seguros	-	2.165.974 (i)	2.165.974
Débitos de operações de assistência à saúde	58.038	(58.038) (i)	-
Obrigações sociais	657.640	-	657.640
Tributos e contribuições a recolher	467.460	-	467.460
Imposto de renda e contribuição social	28.261	-	28.261
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.629	-	12.629
Arrendamentos a pagar	475.179	-	475.179
Instrumentos financeiros derivativos	25.088	-	25.088
Outros débitos com partes relacionadas	5.737	-	5.737
Outras contas a pagar	406.911	-	406.911
Não circulante	17.523.935	(265.614)	17.258.321
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.416.473	-	9.416.473
Tributos e contribuições a recolher	161.394	-	161.394
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	945.451	(945.451) (i/iii)	-
Arrendamentos a pagar	2.862.830	-	2.862.830
Passivo fiscal diferido	1.263.524	578.014 (iv)	1.841.538
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.267.316	-	1.267.316
Instrumentos financeiros derivativos	24.100	-	24.100
Outras contas a pagar	1.582.847	101.823 (i)	1.684.670
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	49.092.189	161.585	49.253.774
Participação de não controladores	1.369	-	1.369
Total do patrimônio líquido	49.093.558	161.585	49.255.143
Total do passivo e patrimônio líquido	75.155.841	(1.969.696)	73.186.145

- (i) Os saldos de prêmios a receber de contratos de seguro, provisões de assistência à saúde e débitos de operações de assistência à saúde de contratos pré-estabelecidos são remensurados de acordo com o IFRS 17 (CPC 50) e apresentados de acordo com a posição líquida dos fluxos de caixa esperados para cada carteira da companhia, nas rubricas ativos de contratos de seguros ou passivos de contratos de seguros. As notas 20 (a), (b) e (c) apresentam todas as movimentações dos fluxos de caixa líquidos das carteiras durante o período de relatório. Além da questão da apresentação em rubricas diferentes, há impactos decorrentes da projeção de fluxo de caixa dos contratos da modalidade individual que consideram um horizonte de tempo até o fim da expectativa de vida de todos os segurados dentro do grupo de contratos conforme mencionado na nota 9 (c) (iv).
- (ii) Os valores de despesa de comercialização diferida não são mais apresentados para contratos de seguro pré-estabelecidos da modalidade individual, somente para contratos coletivos, e, como mencionado no item (i), são incluídos no balanço patrimonial na rubrica ativos de contratos e passivos de contratos de seguro, considerando a posição de fluxo de caixa líquido projetado para as carteiras da companhia.
- (iii) Os valores de prêmios a receber e provisões técnicas de planos pós estabelecidos que são mensurados de acordo com o IFRS 15, são reclassificados e apresentados nas rubricas "Outros Ativos" e "Fornecedores", respectivamente.
- (iv) Os valores de ativo e passivo fiscal diferido foram impactados pelas remensurações de contratos aplicando inicialmente o IFRS 17 (CPC 50).
- (v) Ajuste no ágio resultante de contratos onerosos (contrapartida do passivo de contrato para cobertura remanescente – LRC).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Consolidado						
	31 de dezembro de 2022			1º de janeiro de 2022 – Transição		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanco patrimonial						
Ativo						
Circulante	7.931.902	(335.985)	7.595.917	3.318.191	992.577	4.310.768
				347.256	-	347.256
Caixa e equivalentes de caixa	1.267.915	-	1.267.915			
				1.720.024	-	1.720.024
Aplicações financeiras	3.331.741	-	3.331.741			
				474.304		
Contas a receber de clientes	1.480.801	(1.077.393) (i)	403.408		(380.116) (i)	94.188
Ativos de contratos de seguro	-	1.213.348 (i/ii)	1.213.348	-	1.575.585(i/ii)	1.575.585
Estoques	280.759	-	280.759	156.933	-	156.933
Tributos a recuperar	708.114	-	708.114	237.873	-	237.873
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	7.753	-	7.753
Despesa de comercialização diferida	471.940	(471.940) (i/ii)	-	221.496	(221.496)(i/ii)	-
Outros ativos	390.632	-	390.632	152.552	18.604 (iii)	171.156
	65.281.828	(1.019.386)	64.262.442	18.041.864	(172.025)	17.869.839
Não circulante						
					-	
Aplicações financeiras	1.265.000	-	1.265.000	5.790.808		5.790.808
Ativo fiscal diferido	2.504.883	485.419 (iv)	2.990.302	1.034.446	-	1.034.446
Depósitos judiciais	1.822.767	-	1.822.767	417.478	-	417.478
Despesa de comercialização diferida	510.212	(510.212) (i/ii)	-	172.025	(172.025)(i/ii)	-
Outros créditos com partes relacionadas	3.498	-	3.498	3.525	-	3.525
Outros ativos	113.620	-	113.620	56.138	-	56.138
Investimentos	6.367	-	6.367	-	-	-
Imobilizado	7.304.735	-	7.304.735	3.010.935	-	3.010.935
Intangível	51.750.746	(994.593) (v)	50.756.153	7.556.509	-	7.556.509
	73.213.730	(1.355.371)	71.858.359	21.360.055	820.552	22.180.607
Total do ativo						
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	7.474.525	(879.861)	6.594.664	3.184.452	(757.583)	2.426.869
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.726.508	-	1.726.508	713.250	-	713.250
Fornecedores	414.703	56.364 (iii)	471.067	173.441	115.302 (iii)	288.743
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3.636.795	(3.636.795) (i/iii)	-	1.549.059	(1.549.059) (i/iii)	-
	-		2.546.770		592.008	592.008
Passivos de contrato de seguros		2.546.770 (i)		-	(i)	
Débitos de operações de assistência à saúde	13.240	(13.240) (i)	-	11.830	(11.830) (i)	-
Obrigações sociais	647.753	-	647.753	270.561	-	270.561
Tributos e contribuições a recolher	436.350	-	436.350	207.332	-	207.332
Imposto de renda e contribuição social	31.798	-	31.798	58.645	-	58.645
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13.604	-	13.604	31.859	-	31.859
Arrendamentos a pagar	143.471	207.815 (vi)	351.286	57.035	95.996 (vi)	153.031
Instrumentos financeiros derivativos	18.468	-	18.468	-	-	-
Outros débitos com partes relacionadas	3.998	-	3.998	13.208	-	13.208
Outras contas a pagar	387.837	(40.775) (i)	347.062	98.232	-	98.232

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

	16.982.49					
Não circulante	4	(655.257)	16.327.237	7.602.609	456.107	8.058.716
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.991.173	-	9.991.173	4.882.681	-	4.882.681
Fornecedores	-	2.635 (i)	2.635	-	-	-
Tributos e contribuições a recolher	157.076	-	157.076	123.181	-	123.181
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	871.480	(871.480) (i/iii)	-	25.911	(25.911)(i/iii)	-
Arrendamentos a pagar	2.206.573	(207.815) (vi)	1.998.758	1.076.590	(95.996) (vi)	980.594
Passivo fiscal diferido	808.303	578.014 (iv)	1.386.317	166.052	578.014 (iv)	744.066
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.360.974	-	1.360.974	428.791	-	428.791
Instrumentos financeiros derivativos	42.184	-	42.184	18.289	-	18.289
				881.114	-	881.114
Outras contas a pagar	1.544.731	(156.611) (i)	1.388.120			
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	48.749.43			1.122.02		
	7	179.747	48.929.184	10.572.141	8	11.694.169
Participação de não controladores	7.274	-	7.274	853	-	853
	48.756.71				1.122.02	
Total do patrimônio líquido	1	179.747	48.936.458	10.572.994	8	11.695.022
	73.213.73	(1.355.371				
Total do passivo e patrimônio líquido	0)	71.858.359	21.360.055	820.552	22.180.607

- (i) Os saldos de prêmios a receber de contratos de seguro, provisões de assistência à saúde e débitos de operações de assistência à saúde de contratos pré-estabelecidos são remensurados de acordo com o IFRS 17 (CPC 50) e apresentados de acordo com a posição líquida dos fluxos de caixa esperados para cada carteira da companhia, nas rubricas ativos de contratos de seguros ou passivos de contratos de seguros. As notas 20 (a), (b) e (c) apresentam todas as movimentações dos fluxos de caixa líquidos das carteiras durante o período de relatório. Além da questão da apresentação em rubricas diferentes, há impactos decorrentes da projeção de fluxo de caixa dos contratos da modalidade individual que consideram um horizonte de tempo até o fim da expectativa de vida de todos os segurados dentro do grupo de contratos conforme mencionado na nota 9 (c) (iv).
- (ii) Os valores de despesa de comercialização diferida não são mais apresentados para contratos de seguro pré-estabelecidos da modalidade individual, somente para contratos coletivos, e, como mencionado no item (i), são incluídos no balanço patrimonial na rubrica ativos de contratos e passivos de contratos de seguro, considerando a posição de fluxo de caixa líquido projetado para as carteiras da companhia.
- (iii) Os valores de prêmios a receber e provisões técnicas de planos pós estabelecidos que são mensurados de acordo com o IFRS 15, são reclassificados e apresentados nas rubricas "Outros Ativos" e "Fornecedores", respectivamente.
- (iv) Os valores de ativo e passivo fiscal diferido foram impactados pelas remensurações de contratos aplicando inicialmente o IFRS 17 (CPC 50).
- (v) Ajuste no ágio de resultante de contratos onerosos (contrapartida do passivo de contrato para cobertura remanescente – LRC).
- (vi) Para uma melhor apresentação e interpretação das informações relacionadas à rubrica de Arrendamentos a pagar e a fim de refletir melhor o quanto a Companhia e suas controladas possuem de obrigações a pagar no curto prazo, foram efetuadas as reclassificações entre curto e longo prazo.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Controladora					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
Demonstração do resultado						
Despesas de vendas	(626)	-	(626)	(349)	-	(349)
Despesas administrativas	(876.355)	503.395	(372.960)	(1.284.584)	461.445	(823.139)
Resultado de equivalência patrimonial	680.643	(350.403)	330.240	712.092	(1.246.835)	(534.743)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(56.695)	-	(56.695)	119	-	119
Subtotal	(253.033)	152.992	(100.041)	(572.722)	(785.390)	(1.358.112)
(Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(253.033)	152.992	(100.041)	(572.722)	(785.390)	(1.358.112)
(Despesas) financeiras, líquidas	(1.081.313)	-	(1.081.313)	(734.435)	-	(734.435)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.334.346)	152.992	(1.181.354)	(1.307.157)	(785.390)	(2.092.547)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição diferidos	594.577	(171.154)	423.423	529.923	(156.891)	373.032
(Prejuízo) do exercício	(739.769)	(18.162)	(757.931)	(777.234)	(942.281)	(1.719.515)
(Prejuízo) por ação – básico e diluído	(0,10)		(0,10)	(0,11)	(0,14)	(0,25)

(i) Ajustes decorrentes dos impactos no resultado das controladas, advindos da remensuração de contratos pelo IFRS 17 (CPC 50).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Demonstração do resultado	Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita líquida de serviços prestados	27.383.408	(26.415.390) (i)	968.018	23.748.803	(22.761.227) (i)	987.576
Receita de seguros	-	26.801.772 (i)	26.801.772	-	22.824.151 (i)	22.824.151
Custos dos serviços prestados	(20.314.699)	18.448.998(ii)	(1.865.701)	(18.093.707)	15.884.691 (ii)	(2.209.016)
Despesa de segurosz	-	(22.864.213)(ii)	(22.864.213)	-	(21.603.850) (ii)	(21.603.850)
Lucro bruto	7.068.709	(4.028.833)	3.039.876	5.655.096	(5.656.235)	(1.139)
Despesas de vendas	(2.083.280)	1.798.651(ii)	(284.629)	(1.820.449)	1.568.755 (ii)	(251.694)
Despesas administrativas	(4.391.220)	2.720.687(ii)	(1.670.533)	(4.542.423)	2.514.386 (ii)	(2.028.037)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	86.943	-	86.943	551.909	-	551.909
Subtotal	(6.387.557)	4.519.338	(1.868.219)	(5.810.963)	4.083.141	(1.727.822)
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	681.152	490.505	1.171.657	(155.867)	(1.573.094)	(1.728.961)
(Despesas) financeiras, líquidas	(1.354.870)	(518.024)	(1.872.894)	(1.291.942)	145.394	(1.146.548)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(673.718)	(27.519)	(701.237)	(1.447.809)	(1.427.700)	(2.875.509)
Imposto de renda e contribuição social	(66.174)	9.357	(56.817)	671.970	485.419	1.157.389
(Prejuízo) das operações continuadas do exercício	(739.892)	(18.162)	(758.054)	(775.839)	(942.281)	(1.718.120)
Lucro das operações descontinuadas do exercício	645	-	645	-	-	-
(Prejuízo) do exercício	(739.247)	(18.162)	(757.409)	(775.839)	(942.281)	(1.718.120)
Prejuízo) por ação – básico e diluído	(0,10)		(0,10)	(0,11)	(0,14)	(0,25)

- (i) As receitas de seguros, de acordo com o IFRS 4 (CPC 11), eram apresentadas na rubrica de receita líquida de serviços prestados, na mesma linha que são apresentadas as receitas provenientes do IFRS 15 (CPC 47). A partir da adoção do IFRS 17 (CPC 50), as receitas de contratos de seguros passaram a ser apresentadas na rubrica Receita de seguros.
- (ii) De acordo com o IFRS 17 (CPC 50), as despesas alocadas aos contratos de seguro como despesas administrativas, despesas de vendas, bem como as despesas de sinistros, são apresentadas na rubrica de Despesa de seguros.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
(Prejuízo) do exercício	(739.769)	(18.162)	(757.931)	(777.234)	(942.281)	(1.719.515)
Ajustes reconciliação ao (prejuízo) com o caixa						
Depreciação e amortização	738.237	(503.395)	234.842	766.674	(461.445)	305.229
Resultado de equivalência patrimonial	(680.643)	350.403	(330.240)	(712.092)	1.246.835	534.743
Tributos diferidos	(594.577)	171.154	(423.423)	(529.923)	156.891	(373.032)
Demais movimentações de ajuste ao (prejuízo)	1.173.770	-	1.173.770	1.144.805	-	1.144.805
Subtotal	(102.982)	-	(102.982)	(107.770)	-	(107.770)
Variações das contas do ativo e passivo						
Demais movimentações das atividades operacionais	12.724	-	12.724	(104.634)	-	(104.634)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(90.258)	-	(90.258)	(212.404)	-	(212.404)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento	(470.386)	-	(470.386)	(403.598)	-	(403.598)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	1.415.393	-	1.415.393	613.869	-	613.869
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	854.749	-	854.749	(2.133)	-	(2.133)

(i) Ajustes decorrentes dos impactos no resultado das controladas, advindos da remensuração de contratos pelo IFRS 17 (CPC 50).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Demonstração dos fluxos de caixa	Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
(Prejuízo) do exercício	(739.247)	(18.162)	(757.409)	(775.839)	(942.281)	(1.718.120)
Ajustes reconciliação ao (prejuízo) com o caixa						
Depreciação e amortização	1.915.465	(503.395)	1.412.070	1.981.288	(461.445)	1.519.843
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(22.714)	22.714	-	47.545	(47.545)	-
Provisão para perdas sobre créditos	550.175	(510.532)	39.643	424.837	(387.741)	37.096
Amortização de despesas de comercialização diferidas	664.417	(664.417)	-	645.690	(645.690)	-
Tributos diferidos	(124.539)	(9.357)	(133.896)	(694.551)	(485.419)	(1.179.970)
Demais movimentações de ajuste ao (prejuízo)	1.985.097	-	1.985.097	1.509.458	-	1.509.458
Subtotal	4.228.654	(1.683.149)	2.545.505	3.138.428	(2.970.121)	168.307
Variações das contas do ativo e passivo						
Contas a receber de clientes	(662.904)	559.569	(103.335)	(886.997)	822.634	(64.363)
Ativos de contratos de seguro	-	1.091.360	1.091.360	-	1.533.778	1.533.778
Outros ativos	86.667	(26.294)	60.373	185.361	(778.157)	(592.796)
Despesa de comercialização diferida	(643.625)	643.625	-	(746.251)	746.251	-
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	389.140	(389.140)	-	150.254	(150.254)	-
Débitos de operações de assistência à saúde	43.094	(43.094)	-	1.410	(1.410)	-
Fornecedores	(124.577)	(33.156)	(157.733)	(29.060)	(142.962)	(172.022)
Passivo de contratos de seguros	-	(389.241)	(389.241)	-	1.161.285	1.161.285
Outras contas a pagar	74.552	269.520	344.072	(156.750)	(221.044)	(377.794)
Demais movimentações das atividades operacionais	(1.060.140)	-	(1.060.140)	(684.488)	-	(684.488)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais continuadas	2.330.861	-	2.330.861	971.907	-	971.907
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais descontinuadas	3.805	-	3.805	-	-	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	2.334.666	-	2.334.666	971.907	-	971.907
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento continuadas	(848.465)	-	(848.465)	2.099.888	-	2.099.888
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento descontinuadas	(29.167)	-	(29.167)	-	-	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento	(877.632)	-	(877.632)	2.099.888	-	2.099.888
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento continuadas	(1.286.775)	-	(1.286.775)	(2.151.136)	-	(2.151.136)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento descontinuadas	8.666	-	8.666	-	-	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	9)	-	(1.278.109)	(2.151.136)	-	(2.151.136)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações continuadas	195.621	-	195.621	920.659	-	920.659
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas	(16.696)	-	(16.696)	-	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	178.925	-	178.925	920.659	-	920.659

(i) Ajustes decorrentes dos impactos advindos da remensuração de contratos das controladas da Companhia pelo IFRS 17 (CPC 50) e os respectivos efeitos em seus ativos, passivos e resultados.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Com relação às DFs CPC 50, no contexto acima mencionado, a administração ressalta que o respectivo relatório dos auditores independentes em relação exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 possui a ênfase abaixo:

"Chamamos a atenção para a Nota 2.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a atualização e reapresentação das demonstrações financeiras originalmente emitidas em 28 de março de 2024, devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Emitimos nosso relatório de auditoria original com data de 28 de março de 2024, com opinião adversa sobre as referidas demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na referida nota, fornecemos este novo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras reemitidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Comentários da Administração sobre as ênfases apresentadas:

Em função da aplicação inicial do IFRS 17 (CPC 50) a partir de 01 de janeiro de 2023, a Companhia reapresentou os seus saldos comparativos. Os impactos da nova norma nas demonstrações contábeis históricas da Companhia são relevantes e, em atendimento ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, as cifras comparativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e os saldos ajustados na transição em 01 de janeiro de 2022 foram reapresentadas e reemitidas assim como exige este CPC. Os ajustes correspondentes à adoção inicial da norma e seus efeitos nos períodos comparativos podem ser observados neste item 2.3.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes: os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve a introdução de qualquer segmento operacional da Companhia. Houve, por outro lado, alienação do conjunto de empresas do grupo que atuava em tecnologia da informação relacionada à saúde, operação esta descrita abaixo, no item 2.4 (b) (vii) em “Venda Maida Health”.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

• **Aquisições, alienações e associações concluídas:**

É parte da estratégia da Companhia a expansão de sua operação por meio de aquisição e combinação de negócios. Os movimentos mais relevantes nos referidos períodos estão abaixo descritos.

Vale ressaltar que os diretores acreditam que a consolidação dos números das empresas adquiridas nas demonstrações financeiras da Companhia ocasiona aumento dos seus ativos e passivos e patrimônio líquido. Em termos de demonstração de resultados, as empresas adquiridas costumam trabalhar com níveis de sinistralidade mais altos, e, conseqüentemente, margens mais baixas. Assim, num primeiro momento as margens da Companhia são impactadas negativamente, o que, a posteriori, com o trabalho de verticalização, integração de sistemas, centralização de processos e captura de sinergias as margens das empresas adquiridas passam a convergir aos patamares de margem esperados pelos diretores em linha com o modelo de negócios da Companhia.

2022

(i) Aquisição grupo Promed

Em setembro de 2020, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Ultra Som), assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição de 100% da participação societária do grupo Promed, por meio de sua holding, Vida Saúde Gestão S.A. (Vida Saúde). O grupo Promed era formado por 3 operadoras de saúde, a Promed Assistência Médica Ltda., a Promed Brasil Assistência Médica Ltda., e a Saúde – Sistema Assistencial Unificado de Empresas Ltda., além de 3 hospitais, 1 hospital-dia e 7 clínicas, detidos pelas seguintes empresas: Centro Médico Progroup Ltda., Med Clínicas Serviços Médicos Ltda., Hospital Progroup Ltda. e Hospital Vera Cruz S.A.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovada a incorporação de ações de emissão da Vida Saúde pela Ultra Som e, em ato imediatamente subsequente, a incorporação de ações de emissão da Ultra Som pela Companhia, resultando na entrega de 41.640.220 ações ordinárias de emissão da Companhia aos atuais acionistas da Vida Saúde e concluindo, assim, a aquisição do grupo Promed. Em janeiro de 2022, a Vida Saúde foi incorporada pela Ultra Som, dando início ao processo de efetiva integração do grupo Promed à Hapvida. Em dezembro de 2022, como parte do processo de reestruturação societária, as operadoras do grupo Promed foram incorporadas pela Hapvida Assistência Médica S.A. (HAM), enquanto as demais empresas, assistenciais, foram incorporadas pela Ultra Som, de forma que, nesta data, se encontram

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

integradas ao grupo Hapvida.

(ii) Combinação de negócios com o grupo Notre Dame Intermédica

Em janeiro de 2021, com vistas a consolidar sua posição de liderança no mercado, bem como a promover sua expansão em áreas geográficas estratégicas para o crescimento futuro, a Companhia apresentou à Notre Dame Intermédica Participações S.A., operadora de saúde com um modelo de negócios vertical e similar ao da Companhia, proposta não vinculante para uma potencial combinação de negócios. Em março de 2021, a transação foi aprovada pelos acionistas da Companhia e da Notre Dame Intermédica Participações S.A. em suas respectivas assembleias gerais, sob condição suspensiva, em razão da necessidade de aprovação da operação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Tais aprovações foram obtidas em junho de 2021 e dezembro de 2021, respectivamente.

A operação foi consumada em 11 fevereiro de 2022, tendo ocorrido a efetiva combinação de negócios, com o encerramento da negociação das ações da Notre Dame Intermédica Participações S.A. na B3.

(iii) Aquisição Viventi Hospital Asa Sul Ltda. (Viventi)

Em dezembro de 2021, por meio de sua subsidiária integral Ultra Som, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição de 100% do capital votante da empresa Viventi. A Viventi possui contrato de locação pelo período de 30 anos de um hospital localizado em área nobre da Asa Sul de Brasília (DF), região Centro-Oeste do país, e é detentora das licenças de operação do referido hospital. A incorporação do hospital ocorreu em 01 de outubro de 2022.

(iv) Aquisição CCG Participações S.A.

Em janeiro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas, concluiu a aquisição do CCG Saúde (Centro Clínico Gaúcho), uma das principais operadoras verticalizadas no estado do Rio Grande do Sul, e que conta com uma carteira de 171 mil beneficiários de planos de saúde, localizados principalmente na região metropolitana de Porto Alegre, além de 5,1 mil beneficiários de planos odontológicos.

Em 2021, o Centro Clínico Gaúcho inaugurou o Hospital Humaniza, localizado em região estratégica na cidade de Porto Alegre, que conta com 110 leitos e potencial de expansão para 220 leitos.

Conta também com uma rede própria que inclui 20 centros clínicos, 13 unidades de coleta de análises clínicas (Laboratório Marques D'Almeida), além de uma ampla gama de serviços aos beneficiários, como medicina preventiva, programa de assistência domiciliar e telemedicina 24 horas.

2023

(v) Aquisição grupo HB Saúde

Em julho de 2021, a Companhia celebrou com a diretoria do grupo HB Saúde uma proposta vinculante para a aquisição de até 100% do grupo HB Saúde de São José do Rio Preto (SP). O grupo HB Saúde está localizado majoritariamente nos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol, em São Paulo.

A operadora do grupo HB Saúde conta com uma carteira de cerca de 129 mil beneficiários de planos de saúde com 72% de planos coletivos e com 25,0 mil beneficiários de planos odontológicos. O preço inicial da aquisição era de R\$ 450 milhões, mas em setembro de 2021 houve uma proposta de aquisição realizada por outra operadora de saúde, tendo a proposta sido majorada para R\$ 650 milhões. Em

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

assembleia geral de acionistas ocorrida em 23 de setembro de 2021, a nova proposta foi aceita por 59% dos acionistas do grupo HB Saúde. A operação foi concluída em 02 de janeiro de 2023.

(vi) Venda São Francisco Resgate

Em 13 de maio de 2023, a Companhia celebrou contrato para a venda da São Francisco Resgate, subsidiária integral da Companhia, para a ELO Conservação e Manutenção de Infraestrutura.

Pelos termos acordados, o *enterprise value* da transação foi de R\$ 159,0 milhões, sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares. A venda contribuiu para que a Companhia priorizasse sua estratégia, especialmente na otimização de seus recursos para verticalização e integração com o grupo Notredame Intermédica.

(vii) Venda Maida Health

Em 27 de outubro de 2023, a Companhia anunciou a venda da Maida Health Participações Societárias S.A., controlada indireta da Companhia, para a MV Sistemas SP Ltda. Essa transação concluiu o processo de alienação de negócios não core da Companhia.

Pelos termos acordados, o *enterprise value* desta transação foi de R\$ 26,7 milhões, sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares, além de potenciais parcelas adicionais anuais (*earn-out*) a serem precificadas ao longo dos próximos 5 anos. A conclusão foi condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

(viii) Termo de Acordo e Outras Avenças entre Ultra Som Serviços Médicos S.A., controlada da Companhia, (Ultra Som) e determinados vendedores do grupo Promed

Foi celebrado em 14 de agosto de 2023 o acordo decorrente de negociações relacionadas à operação de aquisição do grupo Promed, em continuidade ao já divulgado pela Companhia em fato relevante de 8 de setembro de 2020. O acordo incluiu a transferência (dação em pagamento), em favor da Ultra Som, de 5.730.880 ações de emissão da Companhia detidas pelos vendedores do grupo Promed; e a alienação, pela Ultra Som, de 18.730.000 ações de emissão da Companhia a determinados vendedores do grupo Promed, com a entrega condicionada ao cumprimento integral dos termos do acordo pelas contrapartes da Ultra Som, em conformidade com o § 1º do artigo 4º da Resolução CVM nº 77/22, tendo em vista o preço de R\$ 5,23 por ação, obtido no fechamento do pregão imediatamente anterior à celebração do acordo (11 de agosto de 2023).

• **Aquisições em andamento ou sujeitas à aprovação das autoridades regulatórias:**

Nesta data, a Companhia não possui aquisições em andamento ou sujeitas à aprovação das autoridades regulatórias.

Por oportuno, ressalta-se que as seguintes aquisições não foram concluídas:

(i) Esmale Assistência Internacional de Saúde (Smile)

O tribunal administrativo do Cade, em sessão de julgamento de 10 de maio de 2023, reprovou a implementação da transação (referido julgamento foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2023).

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(ii) Sistema e Planos de Saúde Ltda. (Sistemas)

Em 5 de outubro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição de 100% do capital votante da Sistemas e Planos de Saúde Ltda. pela sua subsidiária integral Notre Dame Intermédica Saúde S.A. Em 19 de outubro de 2023, as partes chegaram a um consenso, decidindo pelo não fechamento da operação, através da assinatura de instrumento particular de distrato e outras avenças.

(c) **Eventos ou operações não usuais**

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que não tenham sido reportados na seção 2.1 (h) e que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia divulgou as medições não contábeis abaixo, sempre calculadas conforme as normas do IFRS 4 (CPC 11). A Companhia avaliará se manterá a divulgação de tais medições não contábeis sob as normas do IFRS 17 (CPC 50). A decisão de avaliar a manutenção dessa divulgação decorre do fato de que a divulgação dessas medições, calculadas conforme as normas do IFRS 17 (CPC 50), seria substancialmente diferente do divulgado nos termos do IFRS 4 (CPC 11), haja vista que as rubricas que compunham o lucro líquido nos termos do IFRS 4 (CPC 11) e que eram usadas para os ajustes aplicáveis às referidas medições não contábeis, não existem mais nos termos do IFRS 17 (CPC 50). Dessa forma, a Companhia avaliará se essa divulgação no âmbito da nova norma continuaria permitindo aos investidores a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Neste contexto, as informações nestes itens 2.5 (a), (b) e (c) baseiam-se exclusivamente nas normas do IFRS 4 (CPC 11).

(Em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022
Ebitda	2.810.313	2.031.416
Margem Ebitda	10,3%	8,6%
Ebitda Ajustado	2.932.395	2.517.732 ¹
Margem Ebitda Ajustada	10,7%	10,6%

Ebitda, Ebitda Ajustado, Margem Ebitda e Margem Ebitda Ajustada

O Ebitda (sigla para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou Lajida (Lucros antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (Resolução CVM 156), conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem Ebitda é calculada pelo Ebitda dividido pela Receita líquida de serviços e vendas. A Margem Ebitda Ajustada é calculada pelo Ebitda Ajustado dividido pela Receita líquida de serviços e vendas.

O Ebitda Ajustado é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a

¹ Com relação aos números de 2022, a Companhia esclarece que, conforme detalhado no seu *release* de resultados, essa medição considera o impacto positivo de R\$ 417,4 milhões, no 3º trimestre, e de R\$ 87,2 milhões, no 4º trimestre, referentes ao ressarcimento de despesas de empresas adquiridas.

2.5 Medições não contábeis

Resolução CVM 156. Este considera o Ebitda e exclui os efeitos (i) do *impairment* referente a venda da São Francisco Resgate Ltda.; e (ii) dos planos de remuneração de longo prazo baseados em ações da Companhia (SOPs, *Stock Grant* ou PPD e Plano de Ações Virtuais, conforme definidos no item 8.4 do formulário de referência) pois não afetam o resultado operacional da venda de planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica e possuem efeitos não-caixa.

A Companhia acredita que tais ajustes aplicados na apresentação do Ebitda Ajustado são apropriados para fornecer informação adicional aos investidores sobre outros itens que contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa da Companhia.

O Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa, tais como o impacto na remuneração da alta gestão da Companhia (conselheiros, diretores estatutários e não estatutários).

O Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, não devendo ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, nem como medida operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou, ainda, como medidas de liquidez, tampouco devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

O Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada não possuem significado padrão e a suas definições podem não ser comparáveis com as definições de Ebitda, Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada utilizadas por outras companhias.

O Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização.

Embora o Ebitda possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o Ebitda divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao Ebitda divulgado por outras sociedades.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Ebitda, do Ebitda Ajustado e da Margem Ebitda com os valores das demonstrações financeiras da Companhia elaboradas conforme o IFRS 4 (CPC 11):

(Em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido	(739.247)	(775.839)
(+) Depreciação e amortização	2.128.516	2.187.283
(+/-) Resultado financeiro líquido	1.354.870	1.291.942
(+) Imposto de renda e Contribuição social	(66.174)	(671.970)
Ebitda	2.810.313	2.031.416

2.5 Medições não contábeis

Receita líquida de vendas	27.383.408	23.748.803
Margem Ebitda	10,3%	8,6%
 Ebitda	 2.810.313	 2.031.416
(+) Planos de remuneração baseado em ações	61.682	486.316
(+) Venda São Francisco Resgate	60.400	-
Ebitda Ajustado	2.932.395	2.517.732
Margem Ebitda Ajustada	10,7%	10,6%

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que, sob as normas do IFRS 4 (CPC 11), o Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada permitem a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o seu desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa, tais como o impacto na remuneração da alta gestão da Companhia (executivos estatutários e não estatutários).

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Ocorreram os seguintes eventos após 31 de dezembro de 2023, data base das últimas demonstrações financeiras da Companhia, cuja versão reapresentada para adequação ao IFRS 17 (CPC 50) foi emitida e divulgada em 13 de maio de 2024:

(i) *Debêntures – pagamento antecipado*

Em 05 de janeiro de 2024, a Companhia realizou o pagamento antecipado da 4ª emissão de debêntures da Hapvida Participações e Investimentos S.A. (HAPV14), emitida em 24 de fevereiro de 2022, no montante total de R\$ 841,3 milhões.

(ii) *Venda da Maida Health Participações Societárias S.A. e suas controladas – Conclusão (closing) da operação*

Em 01 de fevereiro de 2024, a controlada BCBF Participações S.A. assinou o Termo de Fechamento da operação de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com a compradora MV Sistemas SP Ltda. para a venda da subsidiária integral Maida Health Participações Societárias S.A. e suas controladas Maida Infoway Tecnologia e Gestão em Saúde Ltda.; Maida Haptech Soluções Inteligentes Ltda.; Lifeplace Maida Ltda.; e Tercepta Consultoria em Informática Ltda.

Pelos termos acordados, o *enterprise value* da transação é de R\$ 26,7 milhões, sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares, além de potenciais parcelas adicionais anuais (*earn-out*) a serem precificadas ao longo dos próximos 5 anos. A transação está inserida no contexto de otimização e fortalecimento da estrutura de capital da Companhia bem como maior foco em seu core business.

(iii) *Novo programa de recompra de ações*

Em 15 de fevereiro de 2024, em reunião do conselho de administração, foi aprovado um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia. O novo programa tem por finalidade maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da sua estrutura de capital. Poderão ser adquiridas até 200 milhões de ações pelo período de 18 meses.

(iv) *Novo plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa*

Em 01 de janeiro de 2024, entrou em vigor o novo Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa, aprovado pelo conselho de administração da Companhia.

O plano contempla um total de 62.850.000 ações e tem por objetivo conceder aos beneficiários o direito de receber premiação correspondente a um valor referenciado no preço das ações da Companhia, líquido de quaisquer tributos, visando promover: (a) a atração e retenção dos beneficiários na Companhia com foco em sua permanência e desenvolvimento de longo prazo; (b) o alinhamento dos

2.6 Eventos subsequentes as DFs

interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo plano; e (c) a valorização das ações e o potencial de crescimento da Companhia.

(v) *Reestruturação societária - incorporação BCBF Participações S.A.*

Em 28 de março de 2024, se tornaram vigentes os efeitos das deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, sendo aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação para incorporação da controlada BCBF Participações S.A. pela também controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente.

(vi) *7ª Emissão de Debêntures – Companhia*

Em 06 de maio de 2024, o conselho de administração da Companhia aprovou a realização da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, no valor total de R\$ 1.000.000.000,00, conforme detalhado no item 12.3 do formulário de referência da Companhia.

A emissão foi realizada em série única, sendo que as Debêntures fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Taxa DI), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,60% ao ano, base 252 dias úteis e têm vencimento em 2031, com amortizações anuais em 10 de maio de 2029, 2030 e 2031.

Os recursos líquidos captados serão utilizados para reperfilamento do passivo financeiro da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
a. regras sobre retenção de lucros	<p>(i) No mínimo, 5% dos lucros líquidos do exercício social deverão ser destinados à reserva legal, que não excederá 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei das S.A. exceder 30% do capital social.</p> <p>(ii) Importância eventualmente proposta dos órgãos da administração destinada à formação de reserva para contingências e revisão das mesmas reservas formadas em exercício anteriores, na forma prevista no artigo 195 da Lei das S.A.</p> <p>(iii) Após destinação do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas e de eventual saldo remanescente como dividendo ou juros sobre capital próprio, até 100% do valor remanescente será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o saldo de tal reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder valor equivalente ao capital social da Companhia.</p> <p>(iv) Havendo saldo remanescente, este poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser retido com base em orçamento de capital aprovado nos termos da Lei das S.A.</p>
a. i. valores das retenções de lucros	<p>Prejuízos auferidos transferidos a conta de prejuízos acumulados: R\$ 757,9 milhões*</p> <p>Reserva legal: em consequência de apuração de prejuízo, não foi constituída reserva legal.</p> <p>Reserva de lucros para investimentos e expansão: em consequência de apuração de prejuízo, não foi constituída tal reserva.</p> <p>*rubrica referente ao resultado da Companhia isoladamente.</p>
a. ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva legal: não aplicável em função de prejuízo auferido no exercício.</p> <p>Reserva de lucros para investimentos e expansão: não aplicável em função de prejuízo auferido no exercício</p>
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculado sobre o saldo obtido com deduções e acréscimos referentes a reserva legal e/ou eventual reserva para contingências.</p> <p>Prevía ainda que uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente após constituição da reserva legal, de eventual reserva de contingências e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, poderia, mediante proposta dos órgãos da administração, ser distribuída como dividendos ou juros sobre capital próprio complementares.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A política de distribuição de dividendos prevista no estatuto social segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia levantar demonstrações financeiras semestrais ou em períodos menores, podendo distribuir dividendos intermediários ou intercalares com base em tais demonstrações financeiras, observados os limites legais aplicáveis. Os dividendos intercalares, os dividendos intermediários e o dividendo obrigatório poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. Além disso, em 30 de junho de 2021 foi aprovada "Política de Distribuição de Proventos" que prevê a possibilidade de declaração trimestral de juros sobre capital próprio ou dividendos, a depender de aprovação do conselho de administração da Companhia.</p>

2.7 Destinação de resultados

	2023
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
e. política de destinação de resultados	O próprio estatuto social da Companhia prevê as principais regras pertinentes à destinação de resultados, tendo sido aprovada ainda " <i>Política de Distribuição de Proventos</i> " pelo conselho de administração em 30 de junho de 2021. A referida política está disponível no <i>site</i> de relações com investidores da Companhia: https://ri.hapvida.com.br/ .

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens não evidenciados: os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não há ativos e passivos, sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

iii. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia investiu R\$ 168,3 milhões e R\$ 523,7 milhões em aquisição de imobilizado e R\$ 243,8 milhões e R\$ 212,3 milhões em aquisição de intangíveis, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia tem como principal objetivo em 2024 utilizar os recursos provenientes de geração de caixa operacional para:

- **Manutenção e expansão das instalações existentes**

Serão mantidos os investimentos na melhoria contínua da estrutura de unidades que já estão em operação, contemplando ampliação e/ou modernização das instalações físicas dos hospitais, unidades de diagnóstico por imagem, laboratórios, pronto atendimentos e clínicas, gerando expansão da capacidade de atendimento dos clientes mediante abertura de novos leitos, consultórios e postos de coleta e, consequentemente, resultando na aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares para uso nos novos espaços inaugurados.

- **Ampliação da infraestrutura própria de atendimento**

A Companhia prevê a abertura de novos hospitais como forma de aumentar a verticalização dos atendimentos, principalmente nas regiões em que a Companhia recentemente realizou aquisições e naquelas onde os níveis de verticalização ainda são baixos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento da Companhia provém da sua geração de caixa operacional e de eventuais transações de captação no mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nesta data, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Nesta data, a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

2.10 Planos de negócios

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Nos termos do item 1.16 deste formulário de referência, a Companhia tem estratégia ASG estruturada e desenvolve iniciativas ligadas às referidas temáticas. Adicionalmente, e guiada por sua estratégia ASG, a Companhia vem avaliando novas oportunidades conectadas a tais questões que venham a implicar em inovações materiais em seu plano de negócios, as quais serão devidamente divulgadas neste item quando definidas.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

- *Informações adicionais ao item 2.1 (h) "Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa":*

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (CONSIDERANDO O IFRS 4 – CPC 11).

Em linha com o item 2.3 deste formulário de referência, acima, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, originalmente emitidas em 28 de março de 2024 sob o IFRS 4 (CPC 11), foram reapresentadas para incluir os impactos de adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50), norma contábil recepcionada pela CVM e aplicável à Companhia. Nesse contexto, a Companhia optou por divulgar a demonstração de resultado na tabela abaixo considerando o IFRS 4 (CPC-11), visando ampliar as formas de apresentação dos resultados de suas operações ao mercado, contemplando também informações que mantenham comparabilidade direta com o divulgado nos exercícios anteriores. Para visualizar a demonstração de resultado da Companhia, comparando o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ao exercício social encerado em 31 de dezembro de 2022, considerando o IFRS 17 (CPC 50), ver seção 2.1 (h) deste formulário de referência.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em				AH (%)
	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	31/12/2023 vs. 31/12/2022
Receita operacional líquida	27.383.408	100,00%	23.748.803	100,00%	15,30%
Custos dos serviços prestados	(20.314.699)	-74,19%	(18.093.707)	-76,19%	12,27%
Lucro bruto	7.068.709	25,81%	5.655.096	23,81%	25,00%
Despesas de vendas	(2.083.280)	-7,61%	(1.820.449)	-7,67%	14,44%
Despesas administrativas	(4.391.220)	-16,04%	(4.542.423)	-19,13%	-3,33%
Outras receitas operacionais, líquidas	86.943	0,32%	551.909	2,32%	-84,25%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	681.152	2,49%	(155.867)	-0,66%	-
Receitas financeiras	1.108.190	4,05%	927.537	3,91%	19,48%
Despesas financeiras	(2.463.060)	-8,99%	(2.219.479)	-9,35%	10,97%
Despesas financeiras, líquidas	(1.354.870)	-4,95%	(1.291.942)	-5,44%	4,87%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(673.718)	-2,46%	(1.447.809)	-6,10%	53,47%
Imposto de renda e contribuição social	(66.174)	-0,24%	671.970	2,83%	-109,85%
Corrente	(190.713)	-0,70%	(22.581)	-0,10%	744,57%
Diferido	124.539	0,45%	694.551	2,92%	-82,07%
(Prejuízo)/Lucro líquido das operações continuadas do exercício	(739.892)	-2,70%	(775.839)	-3,27%	-4,72%
(Prejuízo)/Lucro líquido das operações	645	0,00%	-	-	-

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em				AH (%)
	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	31/12/2023 vs. 31/12/2022
descontinuadas do exercício					
Prejuízo do exercício	(739.247)	-2,70%	(775.839)	-3,27%	-4,72%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 27.383,4 milhões comparativamente a R\$ 23.748,8 milhões no exercício social de 2022, o que representou um aumento de R\$ 3.634,6 milhões ou 15,30%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos:

- (i) R\$ 1.285,4 milhões de receita operacional líquida referente ao mês de janeiro de 2023 proveniente das operações das empresas NDI, pelo fato de que este grupo de empresas somente passou a ser consolidado pela Companhia em 01 de fevereiro de 2022 (*closing* em 11 de fevereiro de 2022), dessa forma, não contemplando o mês de janeiro de 2022 da demonstração de resultado comparativa;
- (ii) R\$ 334,3 milhões de receita operacional líquida proveniente das operações da HB Saúde, subsidiária consolidada pela Companhia em 2 de janeiro de 2023, conforme detalhada no item 1.12 deste formulário de referência;
- (iii) crescimento do ticket médio de saúde e odonto em 11,0% e 2,1%, respectivamente, no exercício social de 2023 em relação exercício social de 2022, em função de uma política de preços adequada aos novos produtos lançados nas diversas regiões onde a Companhia está presente, bem como no repasse de inflação, com o consequente reajuste dos preços; e
- (iv) aumento na base da Companhia de cerca de 60 mil vidas em planos odontológicos quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Custos dos serviços prestados ("CSP")

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os CSP da Companhia totalizaram R\$ 20.314,7 milhões, comparativamente a R\$ 18.093,7 milhões no exercício social de 2022, o que representou um aumento de R\$ 2.221,0 milhões ou 12,27%, conforme tabela abaixo:

Custos dos serviços prestados (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2023	31/12/2022
Custos médico-hospitalares e outros	16.725.724	14.466.112
Variação da PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)	(22.038)	48.057
Custo com material e medicamentos	2.454.632	2.265.291
Custo com localização e funcionamento*	915.836	810.680
Custo com serviços de terceiros	388.551	412.805
Custo com depreciação e amortização	428.468	492.277
(-) Coparticipação	(813.325)	(664.532)
Ressarcimento SUS	167.659	245.852
Variação da PEONA SUS	69.192	17.165
Custo dos serviços prestados	20.314.699	18.093.707

*Os custos de localização e funcionamento abrangem gastos com manutenção e reparos, limpeza, energia, água, telefone, internet, impressos e correspondências, gastos com utilização de bens e equipamentos, viagens e deslocamentos e aluguéis diversos.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

O aumento do CSP no exercício deve-se, especialmente:

- (i) R\$ 1.084,6 milhões de custos dos serviços prestados referentes ao mês de janeiro de 2023 proveniente das operações das empresas NDI, pelo fato de que este grupo de empresas somente passou a ser consolidado pela Companhia em 01 de fevereiro de 2022 (*closing* em 11 de fevereiro de 2022), dessa forma, não contemplando o mês de janeiro de 2022 da demonstração de resultado comparativa, e
- (ii) ao impacto nas operações (seja rede própria ou credenciada) recorrentes da inflação médica e inflação geral, dissídios coletivos com pessoal, incremento no uso de materiais e medicamentos em função da alta no volume de exames e novas terapias impostas pela ANS.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 7.068,7 milhões comparativamente a R\$ 5.655,1 milhões no exercício social de 2022, o que representou um aumento de R\$ 1.413,6 milhões ou 25,00%. O lucro bruto representou 25,81 % e 23,81% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento da representatividade do lucro bruto em relação à receita operacional líquida deveu-se a um incremento de precificação (crescimento do *ticket* médio de saúde e odonto em 11,0% e 2,1%, respectivamente) e a um menor peso do sinistro no negócio em virtude de incremento de verticalização e capturas de sinergias.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 2.083,3 milhões, um aumento de R\$ 262,8 milhões, se comparado a R\$ 1.820,4 milhões no exercício de 2022 influenciado, principalmente:

- (i) por R\$ 79,6 milhões de despesas de vendas referentes ao mês de janeiro de 2023 proveniente das operações das empresas NDI, pelo fato de que este grupo de empresas somente passou a ser consolidado pela Companhia em 01 de fevereiro de 2022 (*closing* em 11 de fevereiro de 2022), dessa forma, não contemplando o mês de janeiro de 2022 da demonstração de resultado comparativa;
- (ii) por um incremento na conta de provisão de perdas com créditos na Companhia no valor de R\$ 125,3 milhões, devido ao aumento de arrasto pelo envelhecimento dos faturamentos vencidos e saneamento das bases de contas a receber das empresas adquiridas ao longo do exercício, em função de uma política mais rigorosa de crédito e intensificação de cobrança, além do saldo de provisão de perdas com créditos advindo das empresas NDI, referente ao mês de janeiro de 2023 que não possui saldo comparativo já que a consolidação se deu apenas em 01 de fevereiro de 2022 (*closing* em 11 de fevereiro de 2022); e
- (iii) aumento de R\$ 108,9 milhões em virtude do aumento das despesas de comercialização diferida decorrente de cancelamentos de contratos ao longo do ano.

Despesas administrativas

Despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 4.391,2 milhões comparativamente a R\$ 4.542,4 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma redução de R\$ 151,2 milhões ou 3,33%. As despesas administrativas representaram

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

16,04% e 19,13% da Receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

O principal fator que ocasionou a redução de tais despesas entre os períodos comparados foi a saída de participantes dos planos de remuneração baseado em ações (*Stock Option* e *Stock Grant*), o que ocasionou um menor volume de provisões em 2023, observando-se uma variação de R\$ 424,6 milhões entre os exercícios, parcialmente compensado pelo incremento de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em R\$105,1 milhões.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 86,9 milhões comparativamente a R\$ 551,9 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma diminuição de R\$ 465,0 milhões ou 84,25%. As Outras receitas operacionais líquidas representaram 0,32% e 2,32% da Receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O principal fator que ocasionou a diminuição de tal receita entre os períodos comparados foi o efeito positivo em 2022 do ajuste de preço da aquisição da Premium e Promed (empresas adquiridas) no valor de R\$501,6 milhões beneficiando o período comparativo.

Resultado antes do resultado financeiro e impostos

O resultado antes do resultado financeiro e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 681,2 milhões comparativamente a um valor negativo de R\$ 155,9 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 837,0 milhões. O resultado antes do resultado financeiro e impostos representou 2,49% e -0,66% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto positivo é atribuído substancialmente aos fatores anteriormente mencionados.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.108,2 milhões comparativamente a R\$ 927,5 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 180,6 milhões. As receitas financeiras representaram 4,05% e 3,91% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto positivo é atribuído: (i) ao aumento das receitas financeiras de aplicações em função do aumento do saldo patrimonial em R\$ 1.863,0 milhões advindo com as operações de captações de recursos em 2023; (ii) ao aumento dos recebimentos em atraso em R\$ 28,6 milhões; e (iii) do incremento das receitas com outras atualizações monetárias em R\$ 36,8 milhões em função também do aumento dos saldos patrimoniais correspondentes.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 2.463,1 milhões comparativamente a R\$ 2.219,5 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 243,6 milhões. As despesas financeiras representaram 8,99% e 9,35% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto negativo é atribuído: (i) ao aumento dos juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos em função das operações de captações de recursos em 2023; (ii) ao aumento dos juros de direito de uso em função da operação de *Sale & Leaseback* realizada em 27 de

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

março de 2023, a qual incrementou o impacto nos juros de direito de uso em R\$67,9 milhões, operação esta que não existia em 2022; (iii) aumento das despesas com atualizações monetárias SUS em R\$ 27,3 milhões em função do aumento das provisões passivas de ReSus; e (iv) do incremento das despesas com outras atualizações monetárias em R\$ 27,9 milhões em função também do aumento dos saldos patrimoniais correspondentes.

Despesas financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou despesas financeiras líquidas de R\$ 1.354,9 milhões em comparação com despesas financeiras líquidas de R\$ 1.291,9 milhões ocorrido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O principal fator que influenciou a variação foi a operação de *Sale & Leaseback* realizada em 27 de março de 2023, a qual incrementou o impacto nos juros de direito de uso em R\$ 67,9 milhões, operação esta que não existia em 2022. As demais despesas financeiras foram compensadas pela diminuição do saldo da dívida líquida da Companhia em R\$ 2.210,7 milhões.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 673,7 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 1.447,8 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 774,1 milhões ou -53,47%. O Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro representou 2,46% e 6,10% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto positivo é atribuído substancialmente aos fatores anteriormente mencionados.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi devedor em um montante de R\$ 66,2 milhões comparativamente a um montante credor de R\$ 672,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma variação de R\$ 738,1 milhões ou 1.115,5%. A alíquota efetiva (representatividade do IR/CS corrente e diferido sobre o Lucro Antes do Imposto de Renda) da Companhia diminuiu de 46,4% em 2022 para -9,8% em 2023. Os principais fatores de 2023 foram:

- (i) imposto corrente - o incremento de R\$168,1 milhões deve-se ao imposto da operação pontual de *Sale & Leaseback*, realizada em 27 de março de 2023, calculado em R\$103,9 milhões e, o restante, é fruto principalmente da retomada gradual do desempenho operacional; e
- (ii) imposto diferido - houve uma menor constituição de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa em R\$ 174,6 milhões fruto principalmente da retomada gradual do desempenho operacional e R\$ 225,3 milhões de diferenças temporárias sobre a movimentação de provisão. Neste ano, tivemos majoritariamente o impacto sobre as provisões de ReSUS e diferença de base do direito de uso, que serão recuperadas após o pagamento ou reversão.

(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício

O prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 739,2 milhões

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

comparativamente a um prejuízo de R\$ 775,8 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma redução de R\$ 36,6 milhões ou -4,72%, a qual é explicada pela análise integrada das informações acima mencionadas das demais rubricas. O prejuízo do exercício representou -2,70% ante a -3,27% da receita líquida exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente.

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (CONSIDERANDO O IFRS 4 – CPC 11).

Em linha com o item 2.3 acima, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, originalmente emitidas em 28 de março de 2024 sob o IFRS 4 (CPC 11), foram reapresentadas para incluir os impactos de adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50), norma contábil recepcionada pela CVM e aplicável à Companhia. Nesse contexto, a Companhia optou por divulgar os valores relativos ao seu fluxo de caixa consolidado na tabela abaixo considerando o IFRS 4 (CPC-11), visando ampliar as formas de apresentação dos resultados de suas operações ao mercado, contemplando também informações que mantenham comparabilidade direta com o divulgado nos exercícios anteriores. Para visualizar os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia, comparando o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ao exercício social encerado em 31 de dezembro de 2022, considerando o IFRS 17 (CPC 50), ver seção 2.1 (h) deste formulário de referência.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		AH (%)
	2023	2022	31/12/2023 vs. 31/12/2022
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.334.666	971.907	240,2%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(877.632)	2.099.888	-141,79%
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(1.278.109)	(2.151.136)	59,42%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 2.334,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 971,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 1.362,8 milhões, ou 140,21%, é justificado substancialmente:

- (i)

pelo efeito positivo não caixa nos ajustes ao lucro (prejuízo) líquido no total de R\$ 4.967,9 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022 foram pagos R\$3.914,3 milhões;
- (ii)

realização do contas a receber gerando um efeito positivo de R\$224,1 milhões, passando de

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

(R\$886,0) milhões em 31 de dezembro de 2022 para (R\$662,9) milhões em 31 de dezembro de 2023;

(iii) utilização de tributos a recuperar ocasionando um efeito positivo de R\$224,9 milhões, passando de (R\$329,9) milhões em 31 de dezembro de 2022 para (R\$104,9) milhões em 31 de dezembro de 2023;

(iv) pelo incremento das provisões técnicas de operações de assistência à saúde em R\$ 238,9 milhões, saindo de R\$150,3 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$389,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Tal incremento se deu em função do aumento das cobranças de ReSUS; e

(v) pelo incremento de outras contas a pagar em R\$ 231,3 milhões, sendo (R\$156,8) milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$74,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, haja visto que, em 2022, houve grande desembolso para pagamento de títulos em aberto/vencidos de empresas adquiridas.

Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 877,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado ao fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento de R\$ 2.099,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação negativa de geração de caixa de R\$ 2.977,5 milhões, ou -141,79%, é justificada majoritariamente pelo incremento nas aplicações em R\$ 7.043,4 milhões parcialmente compensado pela diminuição de pagamentos de aquisição de investimentos em R\$ 2.583,3 milhões que havia sido relevante em 2022 (decorrente da combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A.) e, ainda, pela entrada dos recursos provenientes da operação de *Sale & Leaseback*, no montante de R\$ 1.125 milhões.

Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.278,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado ao caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 2.151,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução no consumo de caixa em R\$ 873,0 milhões, ou 40,58%, é justificada, principalmente, pelo montante de R\$ 1.017,0 milhões referente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio a maior em 2022, parte do pagamento fruto da combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A. Os eventos de captação de dívida (captação e pagamentos) foram lineares para os dois exercícios.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

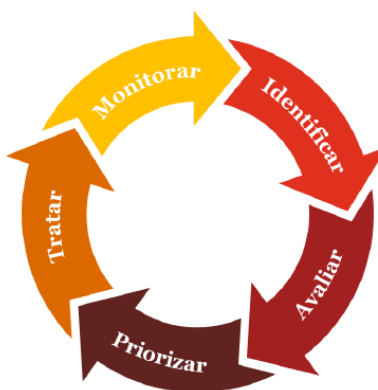
5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em 29 de janeiro de 2021, o conselho de administração aprovou a “*Política Corporativa de Gestão de Riscos*” (Política de Riscos), que é aplicável à Companhia e às suas controladas. A Política de Riscos tem por objetivo assegurar boas práticas de gestão de riscos da Companhia, considerando a sua estratégia, processos, metodologias, exigências regulatórias, pessoas e ativos, e deve ser revisada pela alta administração periodicamente. Em 23 de novembro de 2022, a Política de Riscos foi revisada e aprovada pelo conselho de administração visando alinhamento de sinergias e aculturamento após a combinação de negócios entre a Companhia e a Notre Dame Intermédica Participações S.A. (Notredame Intermédica).

A Política de Riscos da Companhia foi elaborada com base em recomendações metodológicas reconhecidas internacionalmente, sendo elas o Modelo COSO ERM (Comitê das Organizações Patrocinadoras, *Enterprise Risk Management*), o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Norma ABNT NBR ISO 31.000 (Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes), as Resoluções Normativas Nº 507 e 518 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o Código de Ética e Conduta e demais normativos internos da Companhia.

A Política de Riscos estabelece os princípios do ciclo de gestão de riscos (identificar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar) conforme figura abaixo:



O ciclo de gestão de riscos corporativos corresponde à descrição das diversas atividades que são desenvolvidas para que o perfil de riscos seja gerado e comunicado para as diversas partes interessadas. O ciclo de gestão de riscos está interligado aos demais processos de gestão da Companhia, sendo suas etapas descritas a seguir:

- **Identificar:** A identificação dos riscos deve ser realizada considerando objetivos estratégicos da Companhia, os desenhos dos processos vigentes e os produtos e serviços oferecidos aos clientes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O procedimento de identificação de riscos deve ser realizado anualmente ou quando houver mudança significativa na estrutura dos processos ou da organização, sempre alinhado ao exercício do planejamento estratégico da Companhia.

- **Avaliar:** Abrange os processos de categorização, levantamento e entendimento das causas, do impacto potencial e da probabilidade de ocorrência dos riscos identificados, levando em consideração a existência, eficiência e eficácia dos controles, resultando na apresentação de uma matriz de riscos. A matriz de riscos deve ser preenchida de maneira a permitir o entendimento dos critérios utilizados, bem como a formalização do racional utilizado para definição de cada um dos campos de análise utilizados para a avaliação dos riscos.

Para garantir a padronização e a linguagem corporativa dos riscos, bem como facilitar o reporte e comunicação do processo de gestão de riscos para as instâncias de governança correspondentes, a Companhia realiza a avaliação da sua exposição para as categorias de risco citadas no item 5.1.b.i abaixo.

- **Priorizar:** A avaliação com os critérios estabelecidos fornece um mapa dos riscos, proporcionando um mecanismo para priorização destes e, consequentemente, o direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos através de uma estrutura de controles internos alinhada com os objetivos da Companhia.

Os riscos priorizados são aqueles de maior criticidade e que apresentam um maior impacto para a Companhia em caso de ocorrência.

O grau de criticidade dos riscos também deve ser considerado na definição do prazo e prioridade dos planos de ação. De maneira geral, os prazos de implementação dos planos de ação para os riscos de maior criticidade devem ser menores do que os dos planos de ação de menor criticidade.

A criticidade final deve ser considerada, ainda, na definição da instância de governança a ser comunicada sobre o evento de risco e que será responsável pela tomada de ação para o tratamento adequado.

A régua definida para o gerenciamento de riscos considera a seguinte escala de impacto e probabilidade:

- 5 - Muito alto
- 4 - Alto
- 3 - Médio
- 2 - Baixo
- 1 - Muito baixo

Considerando os **impactos** em:

- Financeiro

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Continuidade (Operação/Duração)
- Conformidade
- Meio Ambiente
- Reputação e Imagem
- Segurança do paciente

E **probabilidade** de ocorrência:

- Muito Alta: Mensalmente / maior que 80%;
 - Alta: Quadrimestralmente / de 60% a 79%;
 - Média: Semestralmente / de 30% a 59%;
 - Baixa: Anual / de 10% a 29%;
 - Muito Baixa: Bienal / menor que 10%.
- **Tratar:** O tratamento (resposta) ao risco é definido após o resultado da criticidade calculada para os eventos de riscos da Companhia. O processo de resposta materializa-se através de ações de mitigação via elaboração de planos de tratamento para o risco identificado, bem como a identificação de seus respectivos responsáveis, datas alvo para implementação e a estimativa de custos associados. As ações visam diminuir o impacto e/ou a probabilidade de ocorrência do risco.

Os intervalos de tempo abaixo são definidos para classificação de prazos para implementação de ações e/ou demais atividades inerentes à gestão de riscos na Companhia:

Avaliação do evento de risco	Hierarquia para aceitação de riscos e postergação dos planos de ação	Escala de priorização
Muito Alto	Conselho de Administração	Ações de curto prazo (90 dias)
Alto	Diretoria Executiva	Ações de médio prazo (180 dias)
Médio	Diretor Presidente	Ações de longo prazo (270 dias)
Baixo	N0 <i>Risk Owner</i>	Ações de baixa priorização (365 dias)

- **Monitorar:** A etapa de monitoramento tem como principal objetivo a avaliação contínua do ambiente de riscos da Companhia. O monitoramento é realizado em bases regulares através de reuniões periódicas e por meio de indicadores chaves de risco – KRIs, levando em consideração os seguintes elementos:
 - (i) Variações nos indicadores de acompanhamento ou em elementos externos à organização que sejam refletidos na avaliação da criticidade do risco, seja por alterações da probabilidade de ocorrência ou do impacto potencial associado à materialização do evento;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (ii) Acompanhamento da implementação e eficácia das ações de resposta elencadas para os eventos de risco; e
- (iii) Alinhamento das exposições com os níveis de apetite a risco definidos pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui uma normativa para realizar investimentos com seu estoque de capital, a "Normativa Administrativa 055.002-000 - Diretrizes para Investimentos em Instrumentos Financeiros" (Política de Investimentos). Esse direcionamento foi aprovado pela Diretoria Estatutária da Companhia em 07 de maio de 2017, atualizado em dezembro de 2020 e em junho de 2021. A Política de Investimentos possui as seguintes premissas (i) limitar a exposição a riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às aplicações financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia e suas controladas; (ii) manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa; (iii) não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de hedge para passivos financeiros ou operacionais; (iv) investir por meio de entidades da Companhia e suas controladas ou, indiretamente, por meio de fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de: a) títulos públicos federais; b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira (CDBs, LF, LCI, LCA, DPGE, CCBs e demais produtos de renda fixa); c) títulos ou valores mobiliários emitidos por companhias abertas (debêntures, notas Promissórias, CRI, CRA, afins); d) compromissadas lastreadas nos ativos mencionados anteriormente; e e) alocação dos ativos garantidores, ou aplicações financeiras vinculadas, deverá seguir os limites de concentração de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 521/2022.

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à Política de Investimentos em instrumentos financeiros.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Riscos tem o objetivo de determinar as diretrizes a serem observadas pelos profissionais do Grupo Hapvida Notredame Intermédica para as atividades de gerenciamento de riscos, bem como determinar as áreas envolvidas, os seus papéis e responsabilidades e buscar reduzir os níveis de exposição a perdas. A elaboração da política também levou em consideração os seguintes objetivos:

- Adotar a estrutura e processos de gerenciamento de riscos compatíveis com a natureza das atividades do Grupo Hapvida Notredame Intermédica e complexidade dos produtos e serviços oferecidos;
- Contar com uma metodologia reconhecida pelo Grupo Hapvida Notredame Intermédica e pelo mercado, para atender também às exigências de agentes externos e órgãos reguladores e fiscalizadores;
- Avaliar, continuamente, os riscos quanto aos aspectos de impacto e probabilidade de ocorrência, de forma a permitir sua priorização para fins de tratamento;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Acompanhar as modificações no ambiente regulatório, garantindo a conformidade dos produtos e serviços às normas internas e externas vigentes.

Já com relação a Política de Investimentos, esta determina detalhadamente o nível de risco, nível de liquidez e a rentabilidade mínima dos instrumentos em que a Companhia pode investir, bem como a classificação das instituições custodiantes ou administradoras dos investimentos, com limite de investimento em uma única instituição, condições de aprovação de resgate antecipado de investimentos, entre outros detalhes.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

A partir da avaliação realizada pela Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, com base em metodologias de mensuração qualitativa e quantitativa, os riscos para os quais se busca proteção são categorizados como risco de *compliance*, estratégico, financeiro e operacional/assistencial. Com base na metodologia de gestão de riscos, a Companhia avalia seus riscos em cinco níveis (Muito alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo). As avaliações e as respostas a tais riscos são apresentadas pela Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, sob supervisão do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance, para discussão com as alçadas hierárquicas conforme aprovado pelo conselho de administração. A eventual aceitação de riscos também deve respeitar a mesma governança aprovada.

Explica-se abaixo o que se considera em cada categoria citada anteriormente:

- **Risco de *Compliance*:** está sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as Leis Anticorrupção, e demais regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta, questões ambientais, padrões de boas práticas e políticas e procedimentos internos. Incluem, também, os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos;
- **Risco Estratégico:** são aqueles associados à implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que impede, atrasa ou distorce o atingimento dos objetivos da Companhia. Também definidos como aqueles relacionados à busca de criação, proteção e crescimento de valor da Companhia;
- **Risco Financeiro:** são os associados à gestão e controle ineficazes dos recursos financeiros da Companhia ou àqueles que impactam diretamente nestes ativos. Esta categoria compreende, mas não se limita, aos riscos de Mercado (flutuações de câmbio, taxas de juros, *commodities* etc.), Crédito e Liquidez; e
- **Risco Operacional / Assistencial:** são aqueles decorrentes de falhas, deficiências, ineficiências ou inadequação de processos, pessoas e sistemas. Estes riscos podem ocorrer tanto nas áreas de negócio (assistencial, comercial, suprimentos etc.) quanto nas áreas de apoio (financeiro, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos etc.).

Por meio da Política de Investimentos e da prática de gerenciamento de riscos, a Companhia busca se proteger de riscos relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação, de câmbio e da constituição de reserva para o ativo garantidor.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Os responsáveis pela definição dos planos de ação são os executivos das diferentes áreas da Companhia, com o assessoramento da Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, que atua a nível gerencial através da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos.

A Diretoria Executiva Estatutária e o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance acompanham o resultado por meio de atualizações periódicas e realizam questionamentos à Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, quando necessário.

As demais áreas de negócio, enquanto *Risk Owners*, são responsáveis por colocar em prática os planos de ação elaborados pelos executivos das diferentes áreas, bem como pela gestão contínua dos riscos e exploração de oportunidades de aprimoramento de controles internos e pela propagação de uma cultura de desenvolvimento dos processos, sistemas e controles, inclusive de TI, e no suporte ao atingimento das metas e objetivos estratégicos da Companhia.

Por sua vez, a Gerência de Gestão de Riscos e Controles Corporativos tem a responsabilidade de averiguar, mensalmente, a implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos, assim como auxiliar na definição e acompanhamento de indicadores de riscos (quando implementados) para o negócio da Companhia.

Adicionalmente, especialmente com relação **aos riscos de mercado**, conforme elencados no item 4.3 deste formulário de referência, a Companhia utiliza os seguintes instrumentos para proteção:

No que se refere ao risco de taxa de juros especificamente, a Companhia acompanha o risco de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contratações de instrumentos de proteção.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados para reduzir a exposição a oscilações de taxas de juros e cambiais (SWAP taxa de juros e SWAP cambial), não possuindo propósito especulativo.

A Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de hedge de fluxo de caixa, em consonância com o IAS 39, para os seus swaps de taxa de juros IPCA x CDI destinados à cobertura da dívida financeira da 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Ultra Som Serviços Médicos S.A. (incorporada na Hapvida Assistência Médica S.A.) e para seus swaps de proteção cambial. Nessa sistemática, os saldos são registrados da seguinte forma:

- (i) a parcela efetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e
- (ii) a parcela inefetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O valor justo dos contratos de fluxo de caixa é apresentado em conta do balanço patrimonial (ativo, passivo e Patrimônio Líquido). Para as operações de hedge em aberto, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do valor de mercado – MTM (Mark to Market).

Abaixo são demonstradas as aberturas dos contratos de swap da Companhia e suas controladas, bem como seus valores justos na data-base:

Em setembro de 2023, a Companhia e suas controladas substituíram o instrumento de derivativo que possuíam referente a troca do indexador do CRI emitido em dezembro de 2021, onde reduziu a taxa passiva de 113,3% CDI para 107,5% CDI, mantendo a sua estratégia na ponta ativa com o indexador IPCA e na ponta passiva o CDI.

Os impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia e suas controladas foram de R\$ 62.514 (despesa financeira) e R\$ 17.966 (Outros resultados abrangentes), decorrente do efeito líquido da descontinuação e da nova operação, respectivamente.

	Vencimento	Ponta ativa	Ponta Passiva	Valor justo	Nacional (R\$)	Posição em 31/12/2023	Posição em 31/12/2022
Instrumento							
Swap taxa de juros (i)	Dez/31	ICPA + 5,7505% a.a.	112,3% CDI	-	200.000	-	(7.138)
Swap taxa de juros (i)	Dez/31	ICPA + 5,7505% a.a.	113,8% CDI	-	250.000	-	(11.241)
Swap taxa de juros (i)	Dez/31	ICPA + 5,7505% a.a.	113,95% CDI	-	300.000	-	(13.897)
Swap taxa de juros (i)	Dez/31	IPCA + 5,7505% a.a.	112,9% CDI	-	251.700	-	(9.908)
Swap taxa de juros (ii)	Dez/31	IPCA + 5,7505% a.a.	107,50% CDI	(9.225)	503.475	(9.225)	-
Swap taxa de juros (ii)	Dez/31	IPCA + 5,7505% a.a.	107,50% CDI	(15.863)	617.303	(15.863)	-
Swap cambial	Fev/26	U\$ + 6,84% a.a.	CDI + 1,6% a.a.	(23.328)	260.000	(23.328)	-
Subtotal				(48.416)		(48.416)	(42.184)

	Vencimento	Ponta ativa	Ponta Passiva	Valor justo	Nacional (R\$)	Posição em 31/12/2023	Posição em 31/12/2022
Instrumento							
Swap de ações	Nov/23	3,905	113,65% CDI	-	10.826	-	(3.825)
Swap de ações	Nov/23	3,904	113,65% CDI	-	5.465	-	(3.952)
Swap de ações	Nov/23	4,064	113,65% CDI	-	5.822	-	(3.574)
Swap de ações	Nov/23	3,984	113,65% CDI	-	5.777	-	(3.652)
Swap de ações	Jun/23	6,805	113,65% CDI	-	9.867	-	(3.465)
Subtotal							(18.468)
Total				(48.416)		(48.416)	(60.652)
					Ativo	772	-
					Passivo	(49.188)	(60.652)

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos swap de juros (i) é demonstrada conforme abaixo:

31/12/2023 31/12/2022

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Saldo no início do exercício – Passivo/(Ativo)	42.184	18.289
Accrual	(16.913)	(56.558)
Valor de mercado - MTM	11.573	154.983
Pagamento de juros	(36.844)	(74.530)
Saldo ao final do exercício - Passivo/(Ativo)	-	42.184

Abaixo é demonstrada a movimentação dos instrumentos financeiros derivativos swap de juros (ii) dos novos contratos:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício – Passivo/(Ativo)	-	-
Accrual	9.287	-
Valor de mercado - MTM	15.801	-
Pagamento de juros	-	-
Saldo ao final do exercício - Passivo/(Ativo)	25.088	-

Em 31 de dezembro de 2023, como parte da avaliação prospectiva de efetividade, a Administração efetuou análise da relação econômica de suas estruturas de hedge e não identificou impactos relevantes nas relações de hedge. Assim, as transações de hedge foram consideradas efetivas.

Ainda, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros relacionados a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e contratos de fluxo de caixa firmados com instituições financeiras. Para os contratos firmados, são identificados e qualificados para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- (i) existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;
- (ii) o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e
- (iii) o índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia e suas controladas efetivamente utilizam para proteger essa quantidade de item protegido.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas: (i) limitar a exposição a Riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às Aplicações Financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia e suas controladas; (ii) manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa; (iii) não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de hedge para passivos financeiros ou operacionais; (iv) investir por meio de entidades da Companhia e suas controladas ou, indiretamente, por meio de fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de: a) títulos públicos federais; b) títulos ou

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

valores mobiliários emitidos por instituição financeira (CDBs, LF, LCI, LCA, DPGE, CCBs e demais produtos de renda fixa); c) títulos ou valores mobiliários emitidos por companhias abertas (debêntures, notas Promissórias, CRI, CRA, afins); d) compromissadas lastreadas nos ativos mencionados anteriormente; e e) alocação dos Ativos Garantidores, ou Aplicações Financeiras Vinculadas, deverá seguir os limites de concentração de acordo com a RN ANS 392 e atualizações posteriores.

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

- Constituição de reserva para os ativos garantidores

A apuração das provisões técnicas é realizada mensalmente pela Diretoria de Atuária e a atualização da mensuração dos ativos garantidores é realizada trimestralmente pela Diretoria de Controladoria, de acordo com os critérios previstos na Resolução Normativa da ANS nº 521/2022. O quadro de provisões técnicas detalha a natureza das provisões e as composições das obrigações relacionadas com o SUS em razão das particularidades previstas na mencionada normativa.

O quadro de provisões técnicas utilizado para aplicação dos ativos garantidores deverá conter a validação e ciência, por *e-mail*, do contador, atuário e Diretor Vice-presidente financeiro da Companhia.

A Companhia acompanha mensalmente a rentabilidade dos recursos aplicados em fundos de investimentos dedicados ao setor de saúde suplementar, bem como o gerencia o fluxo de caixa no sentido de sempre deixar uma folga financeira para eventuais urgências que necessitem de dispêndio imediato de capital.

(1) Procedimentos de aplicação

Os procedimentos de aplicação atenderão às premissas e aos critérios previstos na tabela de segmentação e limites dos instrumentos financeiros da Companhia e às diretrizes definidas no gerenciamento de riscos. Serão segmentados em ativos garantidores e ativos livres em virtude das particularidades inerentes de cada processo.

(a) Ativos Garantidores

Após a validação do quadro de provisões técnicas com a definição do valor da aplicação, a área Financeira aportará os recursos nos fundos dedicados ANS restritos ao grupo ou apresentará as opções dos Fundos de Investimentos Dedicados Conveniados com um resumo de desempenho e sugestão de aplicação. Neste caso, a Vice-presidência financeira analisará os resultados e levará para aprovação da Diretoria Financeira.

(b) Ativos Livres

Diariamente, após a apuração da disponibilidade de caixa para investimentos em instrumentos financeiros, a área financeira realizará as aplicações nos fundos de investimentos em renda fixa e em caso de necessidade de outras alocações, cotará as alternativas de investimentos, no mínimo três, em

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

CDBs, compromissadas e títulos do tesouro e apresentará um resumo de desempenho e sugestão de aplicação através dos formulários de cotação à Diretoria Financeira.

Nos casos de vencimento dos contratos de aplicações vigentes ou disponibilidade extraordinária de recursos, serão aplicados os mesmos procedimentos previstos para os saldos de geração de caixa livre para investimentos em instrumentos financeiros.

Após a decisão, a área Financeira realizará o aporte no instrumento financeiro selecionado, emitindo e registrando a nota de aplicação.

(2) Procedimentos de resgate e movimentação

Os procedimentos de resgates e movimentações atenderão às premissas e aos critérios previstos na tabela de segmentação e limites dos instrumentos financeiros da Companhia e as diretrizes definidas no gerenciamento de riscos. Serão segmentados em ativos garantidores e ativos livres em virtude das particularidades inerentes de cada processo.

(a) Ativos Garantidores

Os resgates e movimentações dos ativos garantidores serão realizados apenas nos ajustes de redução das provisões técnicas, após a validação do quadro de provisões técnicas, ou em casos de revisão da estratégia de distribuição entre Fundos de Investimentos Dedicados aprovada, exclusivamente, pela Diretoria Executiva. Após a decisão de resgate ou movimentação, a área Financeira prepara o requerimento para resgate/movimentação específica de títulos e valores mobiliários, definido pela ANS, para assinatura do representante legal homologado na agência. Em seguida, a área de relacionamento com a ANS protocola o pedido e monitora a devolutiva. Nos casos de deferimento, a área Financeira arquiva a confirmação, formaliza o resgate ou movimentação com as instituições financeiras, processa a operação no sistema e emite o extrato da operação. Nos casos de indeferimento, a área Financeira e Relacionamento com a ANS analisam os motivos e tratam as devidas soluções.

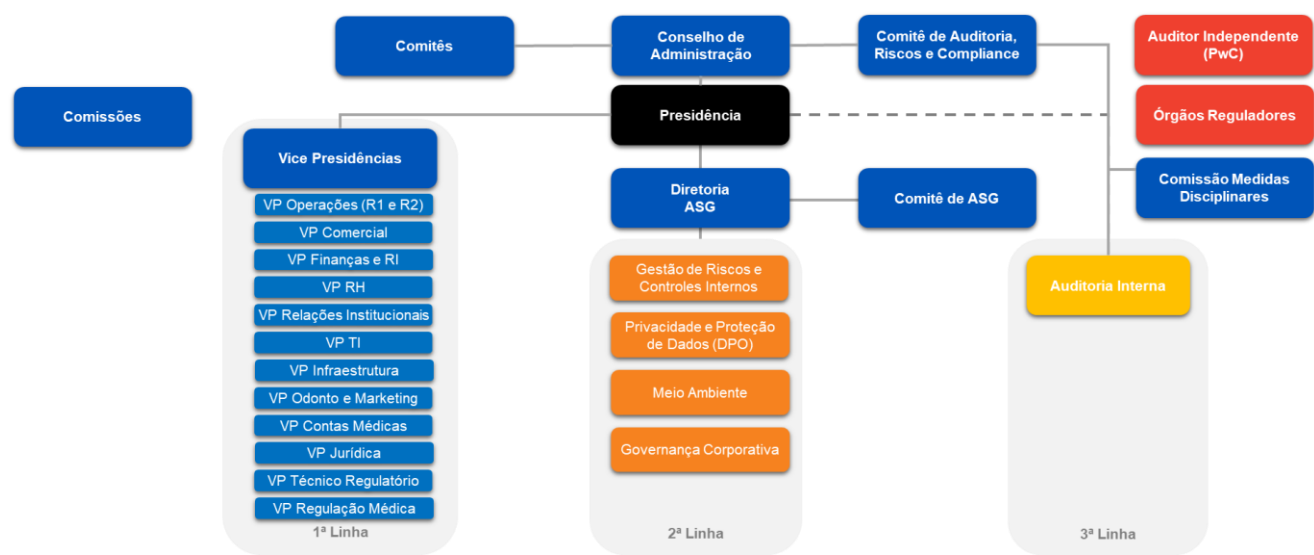
(b) Ativos Livres

Os resgates e movimentações dos ativos livres serão realizados apenas nos vencimentos dos instrumentos financeiros ou em casos eventuais de solicitação da Diretoria Executiva para realização de investimentos orgânicos, aquisições, recomposição de caixa ou distribuição de dividendos aprovados nos devidos mecanismos societários. Nas situações que envolvem novas aplicações, serão adotados os procedimentos previstos no item Procedimentos de Aplicações – Ativos Livres.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com a participação de diversos órgãos e áreas, conforme demonstradas no organograma abaixo:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Neste sentido, compete ao **conselho de administração**:

- Estabelecer os objetivos estratégicos, financeiros e não financeiros, que direcionam o mapeamento e identificação de riscos;
- Determinar o Apetite a Riscos e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes ou com probabilidade rara de materialização;
- Tomar decisões com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;
- Aprovar quaisquer mudanças na Política de Riscos;
- Revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e pela Gerência de Riscos e Controles Internos; e
- Garantir a independência da Gerência de Riscos e Controles Internos

Já o **Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance**, órgão de assessoramento do conselho de administração, com autonomia operacional, tem como competências:

- Apoiar o conselho de administração (CA) na execução da estratégia de gerenciamento de riscos, bem como a gestão do capital mínimo requerido, a estrutura de controles internos, Compliance, iniciativas de continuidade de negócios e gestão de crises;
- Monitorar o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis, além das políticas internas;
- Avaliar e monitorar permanentemente o perfil (mapa) de riscos da Companhia, e assessorar o conselho de administração nas atividades de gerenciamento dos riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Monitorar eventos que possam impactar os controles internos e, por consequência, os objetivos da Companhia;
- Revisar anualmente as diretrizes, estratégias e políticas de gestão de riscos e de capital, propondo recomendações ao CA;
- Monitorar permanentemente o apetite a riscos da Companhia levando em consideração os objetivos estratégicos, realizando recomendações quando necessário; e
- Monitorar os níveis de tolerância a riscos a serem observados pela Companhia.

A **Diretoria Executiva Estatutária**, por sua vez, tem como competências:

- Implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo conselho de administração com relação à Gestão de Riscos;
- Apoiar o conselho de administração na definição dos objetivos estratégicos que direcionam o mapeamento e identificação de riscos;
- Dar suporte à área de Riscos e Controles Internos na condução das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e demandas do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos Controles Internos e Compliance e/ou conselho de administração;
- Auxiliar o conselho de administração na definição do Apetite por Risco da Companhia;
- Garantir que as áreas de negócio ou apoio conduzam adequadamente a função de 1ª Linha nos termos da Política de Riscos, além de promover a cultura de gestão de riscos;
- Informar à área de Riscos e Controles Internos sempre que identificado riscos relevantes que impactam nos objetivos da Companhia; e
- Implementar e manter controles internos e/ou demais recomendações de melhoria propostas pela Gerência de Riscos e Controles Internos.

A **Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos**, que atua a nível gerencial através da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos, atua como 2ª linha da Companhia, cabendo-lhe:

- Propor e implementar as diretrizes para a Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, considerando as suas políticas de Gestão de Riscos, metodologias, processos e procedimentos e as diretrizes fornecidas pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Orientar metodologicamente as Áreas de Negócios buscando garantir, simultaneamente, padronização mínima e atendimento às suas características específicas no que tange a Gestão de Riscos;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com os Proprietários do Risco, os KRI's e demais informações a respeito da eventual materialização dos riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Revisar, consolidar e divulgar as informações sobre riscos recebidas das Áreas de Negócios para reporte ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e ao conselho de administração;
- Avaliar e revisar a proposição de limites e níveis de riscos da RAS propostos pela primeira linha e submeter material à aprovação do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e do conselho de administração;
- Atualizar, anualmente, as políticas, normas e procedimentos relativos à gestão dos riscos e à gestão do capital mínimo requerido;
- Avaliar de forma independente o cálculo do capital mínimo requerido realizado pela Companhia para verificar a sua suficiência e a conformidade com os requerimentos regulatórios;
- Atuar como consultor interno na implementação de novos controles, testar os controles já implantados nas áreas, contribuindo com a visão de riscos e otimização dos resultados;
- Monitorar a implementação dos planos de ação para subsidiar o acompanhamento destes pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Atender as demandas do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance gerando informações relevantes e operacionalizando as atividades de gestão de riscos;
- Elaborar, atualizar e reportar os resultados dos trabalhos da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos nas reuniões do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e, conforme necessidade ou solicitação, nas demais instâncias de governança da Companhia; e
- Promover treinamento periódico aos colaboradores chave com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, avaliar, monitorar e mitigar riscos.

As **Áreas de Negócio** da Companhia atuam como *risk owners* na 1ª linha. Suas responsabilidades consistem em:

- Cumprir a Política de Riscos;
- Identificar, avaliar, priorizar e tratar os riscos e controles dos processos de sua atribuição e das atividades terceirizadas relevantes sob sua coordenação, por meio de abordagens preventivas e prospectivas;
- Definir e implantar os planos de ação para endereçamento dos apontamentos efetuados pelas Auditorias, Reguladores e Gerência de Gestão de Riscos e Controles Corporativos, bem como oportunidades de melhorias identificadas no processo de identificação, avaliação, priorização e tratamento de riscos;
- Comunicar prontamente à Gerência de Gestão de Riscos e Controles Corporativos sempre que identificar riscos potenciais não previstos no desenvolvimento das atividades de controle;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Elaborar a proposição inicial de limites e níveis de riscos da RAS e encaminhar para avaliação da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Corporativos; e
- Medir, periodicamente, os KRI's definidos, justificando desvios, definindo ações mitigatórias e apoiando a Gestão de Riscos Corporativos no reporte ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e conselho de administração.

A **Auditoria Interna**, enquanto 3ª linha, tem responsabilidade de expressar uma opinião profissional, objetiva e independente sobre a eficiência e a eficácia do ambiente de controle interno e das operações das empresas da Companhia, apresentando recomendações que visem a suprir as eventuais deficiências detectadas ou possíveis melhorias identificadas no âmbito das auditorias efetuadas. À Auditoria Interna compete:

- Avaliar a efetividade do gerenciamento dos Riscos Corporativos de forma a contribuir na realização dos objetivos da Companhia, atuando de forma autônoma e independente, em todos os níveis;
- Conduzir, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação e controle nas práticas de gestão de riscos corporativos, identificando desvios e propondo melhorias visando resguardar os interesses dos segurados, da Companhia, dos Acionistas e demais stakeholders.

A atividade de Auditoria Interna é desempenhada pela Gerência de Auditoria Interna, que se reporta funcionalmente ao conselho de administração, via Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e administrativamente ao CEO da Companhia, de modo a resguardar sua independência e autonomia no desempenho de suas funções.

Nesse sentido, a Gerência de Auditoria Interna da Companhia não possui vínculo hierárquico e nem funcional com as demais áreas, garantindo a independência necessária para avaliação dos riscos e controles estabelecidos na Companhia.

As responsabilidades da Gerência de Auditoria Interna são definidas pelo conselho de administração e pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, como parte do papel de supervisão deste último. O plano anual de auditoria interna é estruturado com base em riscos, bem como em processos já avaliados com alta exposição a riscos, vinculados a temas avaliados como importantes ou críticos pela Alta Administração. Após priorização dos riscos, o plano anual de auditoria interna é aprovado pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e pelo conselho de administração.

O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e o conselho de administração aprovaram o Regimento da Atividade de Auditoria Interna, cujo objetivo é especificar conceitos, bem como os papéis e responsabilidades atribuídas à área de Auditoria Interna e sua governança, e definir o modelo instituído para a Companhia que é baseado no "*Modelo das Três Linhas de Defesa*" do *The Institute of Internal Auditors – The IIA*.

A Presidência Executiva, a Gerência de Auditoria Interna e Gerência de Compliance, o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e conselho de administração aprovaram o Regimento da Atividade de Auditoria Interna.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Apesar de não possuir uma política formalizada, os riscos de mercado descritos no item 4.3 deste formulário de referência são acompanhados diariamente pela Vice-presidência financeira da Companhia. Acompanham-se diariamente notícias de mercado que porventura venham a impactar bolsa de valores, decisões de políticas fiscais e política monetária do Governo Federal. A estrutura organizacional da Vice-presidência financeira é conforme abaixo:



A Diretoria de Tesouraria é responsável pela elaboração do fluxo de caixa da Companhia e pela aplicação de seus recursos, conforme alçada exposta no item 1.b acima. Buscam-se alternativas de investimento de renda fixa de baixo risco com as instituições financeiras nas quais a Companhia possui relacionamento, visando a otimizar a relação de risco e retorno na aplicação do capital da Companhia respeitando a sua Política de Investimentos. As aplicações da Companhia são realizadas principalmente em seus fundos de investimentos de renda fixa restritos ao grupo e eventualmente a depender da estratégia em certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e investimentos em fundo de renda fixa.

Caso haja alguma perspectiva de impacto negativo em nossas aplicações, o Diretor Vice-presidente financeiro tem a prerrogativa, respeitando as alçadas, de propor eventuais mudanças dos ativos financeiros aplicados, desde que em acordo com a Política de Investimento.

No que tange ao ativo garantidor, a Diretoria de Atuária é responsável pelo cálculo das provisões técnicas e por enviá-las à Controladoria, que, por sua vez, verifica o valor das aplicações dos fundos de investimento dedicados ao setor de saúde suplementar (ativos garantidores). Mensalmente, a área de Controladoria informa a todos os envolvidos a necessidade (ou não) de fazer aplicações adicionais em Fundos de Investimentos de Renda Fixa dedicados ao setor de saúde suplementar.

Caso haja necessidade de aplicações adicionais, a Diretoria de Tesouraria e o Diretor Vice-presidente financeiro analisam as opções disponíveis com a melhor relação de risco/retorno para a Companhia.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Audit*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), assim como as normas emanadas pela CVM e B3.

Além disso, mensalmente, a área Financeira emitirá o Painel de Gestão dos Investimentos em Instrumentos Financeiros com uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à Normativa de Investimento; assim como os recursos destinados à reserva para o ativo garantidor.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Nesse sentido, a estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia, considerada adequada por seus Diretores, permite monitorar e avaliar, periodicamente, os principais riscos relacionados aos negócios da Companhia e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Controles Internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, além de aprimorar sua estrutura de governança, riscos e controles, adotando práticas recomendadas pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Auditors*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, da mesma forma, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

No mínimo, anualmente, a Gerência de Auditoria Interna e a Diretoria de ASG submetem, conforme aplicável, à Presidência Executiva, ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e ao conselho de administração um plano anual de auditoria interna, um plano para mapeamento de riscos e um de controles internos para revisão e aprovação. Os planos são compostos de um cronograma de trabalho, assim como requisitos orçamentários e de recursos para o ano fiscal/calendário seguinte. Os planos são desenvolvidos com base na priorização do universo de riscos, incluindo a colaboração da alta administração e do conselho de administração. Caso a equipe de Auditoria Interna não possua conhecimentos ou habilidades específicas para determinado trabalho, caberá à Gerência de Auditoria Interna a contratação de prestadores de serviços externos para suprir tais conhecimentos necessários ao desenvolvimento do trabalho através de consultorias.

Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna, especificamente através da Gerência de Auditoria Interna, e pela Diretoria de ASG, especificamente através da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos, devem ser coordenados para assegurar adequada cobertura dos riscos e minimizar a duplicação de esforços. O Gerente de Auditoria Interna e o Gerente de Gestão de Riscos e Controles Internos são responsáveis por realizar treinamentos sempre que julgarem necessários para discutirem suas atividades na Companhia.

O resultado dos trabalhos da Gerência de Auditoria Interna e da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos originam KPIs e planos de ação que são acompanhados mensalmente, para que seja verificada sua efetiva implementação. Adicionalmente, mantemos indicadores de controle que apontam se referidos planos estão dentro das metas definidas.

Além disso, a Companhia vem realizando investimentos em segurança da informação ao longo do ano e observou uma melhoria nos controles internos relacionados ao tema.

Quanto ao processo de consolidação e emissão das demonstrações financeiras, a Controladoria verifica a consistência, analisa e concilia no final de cada trimestre e no encerramento de cada exercício social as informações contábeis e financeiras.

A Diretoria Executiva Estatutária da Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, entende-se que as demonstrações financeiras da Companhia apresentam

5.2 Descrição dos controles internos

adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

O conselho de administração e o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, presidido por um Conselheiro, são os órgãos máximos que monitoram e avaliam sistematicamente os riscos e controles internos da Companhia, tendo entre suas responsabilidades verificar monitorar e aconselhar planos de remediação para riscos que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da Companhia.

Apesar do direcionamento de que cada área possui responsabilidade pelo desenho e operação de procedimentos e controles de suas atividades, a Companhia entende a necessidade de manter fortalecidos seus controles internos, tendo implantado, em meados de 2016, o Comitê de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, que se reporta diretamente ao conselho de administração. Em 29 de março de 2021, o Comitê foi tornado estatutário. A Companhia tem, ainda, em sua estrutura: (i) Gerência de Auditoria Interna; (ii) Gerência de Governança Corporativa; (iii) Gerência de Proteção e Privacidade de Dados; e (iv) Diretoria Jurídica e de *Compliance*, além de Auditoria Externa Independente, que, em conjunto, consolidam os processos de controles internos.

O conselho de administração da Companhia é o órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras que, conforme descrito no item "a" acima, conta com o apoio das demais estruturas organizacionais diretamente envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle da Companhia.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

É de responsabilidade de cada gestor definir os controles internos de seus respectivos processos. Periodicamente, a Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos e a Gerência de Auditoria Interna realizam avaliações dos controles internos da Companhia de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores de cada área, os quais são responsáveis pelo tratamento das deficiências, e são reportados para acompanhamento pela Administração e Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* têm reuniões mensais em seu cronograma e trimestralmente avalia as Demonstrações Financeiras antes do envio ao conselho de administração. O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* também toma ciência dos relatórios gerenciais de Auditoria Interna e acompanha os trabalhos da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos.

O plano anual de auditoria é aprovado pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e pelo conselho de administração da Companhia. O orçamento do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* é aprovado pelo conselho de administração, enquanto o orçamento para a atividade de Auditoria Interna é aprovado pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia. Os resultados dos trabalhos são

5.2 Descrição dos controles internos

apresentados periodicamente à alta administração da Companhia, ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e às áreas auditadas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do referido exercício social, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desta avaliação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia emitiram "*Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos*" da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, as seguintes foram consideradas significativas:

(1) Valores relevantes em pendências de conciliação bancária

Situação observada

A Companhia possui um volume relevante de pendências de conciliação bancária, tanto decorrente de recebimentos, quanto pagamentos não identificados, os quais vêm se acumulando e que inclusive estão compostos, em parte, por lançamentos advindos de exercícios anteriores. A não regularização de entradas e saídas de fluxos de pagamento bancário poderia impactar as contas das demonstrações financeiras que dizem respeito a recebimento de clientes, pagamentos a fornecedores, impostos, folhas de pagamentos e outras. Essas pendências não geraram uma distorção material nas demonstrações financeiras na data-base em análise.

Possíveis impactos

Os valores registrados em caixa e equivalente de caixa são de grande magnitude. A não regularização tempestiva das pendências de conciliação bancária pode gerar uma distorção material nas demonstrações financeiras.

Recomendação

Os auditores recomendaram a análise e regularização tempestiva de itens de reconciliação bancária.

(2) Ausência de análise aderente aos requisitos estabelecidos pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, para estimativa de perdas esperadas no contas a receber de clientes por créditos de liquidação duvidosa "PCLD"

5.2 Descrição dos controles internos

Situação observada

Para o exercício de 2023 a Companhia elaborou uma proposta de modelo para cálculo para estimativa da PCLD, o qual foi revisada e discutida de acordo com as premissas adotadas pela Companhia, e muito embora, isso demonstra um avanço para a aderência a norma CPC 48/ IFRS 9 quando comparado ao exercício de 2022, o modelo apresentado pela Companhia ainda carece de aprimoramentos, uma vez que não segue de forma consistente os requerimentos da norma mencionada, tais como, elementos de expectativa de perda futura.

Para atender a norma é necessário que seja desenvolvido:

- um modelo com parâmetros de risco que contemplem uma probabilidade de default em horizontes de 12 meses e lifetime;
- um modelo que observe a recuperação pelo tempo de máximo de expectativa de recuperação das operações (LGD);
- regras de aumento significativo de risco, cura, *forward looking* de variáveis prospectivas e múltiplos cenários que ponderem a perda.

Possíveis impactos

O saldo consolidado do contas a receber, em 31 de dezembro de 2023 é bastante significativo -R\$ 1.610.003 mil, portanto, a não constituição de uma análise de perda esperada adequada, consistente e parametrizada pelas melhores práticas pode gerar uma distorção material nas demonstrações financeiras, por tratar-se de estimativa crítica que envolve modelos complexos, premissas e julgamentos relevantes.

Recomendação

Os auditores recomendaram que a Companhia revise a política atual, a qual ainda não está totalmente aderente à norma contábil vigente, bem como, que adeque o procedimento, premissas utilizadas e controle sobre a mensuração e reconhecimento das perdas esperadas sobre o contas a receber de clientes, de acordo com o modelo iniciado pela Companhia. Ademais, a revisão da metodologia de mensuração da perda esperada deve agregar não só a visão do requerimento mínimo que a normativa exige, quanto aplicações que intuitivamente tragam a adequação de risco de crédito. Uma vez que haja quaisquer simplificações adotadas que se distanciam da norma a Companhia deve sinalizar ao auditor e formalizar um memorando técnico sinalizando a aplicação da mesma.

(3) Deficiências técnicas na Modelagem para avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida (Ágio)

Situação observada

Observou-se alguns aprimoramentos no processo e nos controles da Companhia relacionados à construção dos testes de recuperabilidade do ágio. Porém, ainda são notadas inconsistências técnicas no processo, que carecem de aprimoramento, como por exemplo: (a) não foi identificado um controle detectivo de revisão dos cálculos efetuados pelo especialista contratado pela Administração, o que gerou algumas inconsistências observadas ao longo das nossas avaliações da modelagem; (b) o processo de formalização e determinação de certas premissas utilizadas pela Administração, principalmente a temas

5.2 Descrição dos controles internos

ligados à questões regulatórias definidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS); (c) itens com características de capital de giro não considerados no fluxo de caixa projetado. Por fim, os auditores ressaltaram que as inconsistências mencionadas foram retificadas após os seus apontamentos e não geraram qualquer divergência nas demonstrações financeiras emitidas em 31 de dezembro de 2023, tampouco a necessidade de reconhecimento de *impairment* sobre o ágio constituído nessa data.

Possíveis impactos

A não constituição de uma análise de *impairment* adequada e parametrizada pelas melhores práticas poderia ter gerado uma distorção material nas demonstrações financeiras.

Recomendação

Os auditores recomendaram que a Companhia implemente um processo de revisão detalhado dos trabalhos efetuados pelos seus assessores externos.

(4) Ausência de documentação suporte para gestão de mudanças (SAP ECC)

Situação observada

Companhia: Notre Dame Intermédica Participações e suas controladas.

Nos processos de auditoria de 31 de dezembro de 2023, foram identificadas falhas no controle de gerenciamento de mudanças do SAP ECC. Apesar da Companhia possuir política formalizada sobre o processo, foram identificados oito itens, em uma amostra de vinte e cinco itens, que estavam em desacordo com o controle desenhado, sendo eles:

- 1) Quatro itens que não possuem documentação relacionada a aprovação para migração da mudança;
- 2) Três itens onde a mudança foi migrada em data anterior a aprovação;
- 3) Um item onde não foi identificado nenhuma documentação suporte.

Possíveis impactos

Alterações em ambiente produtivo indevidas, incorretas ou não autorizadas.

Recomendação

Os auditores recomendaram a elaboração e divulgação do processo formal para solicitação, execução e autorização para toda e qualquer mudança ocorrida nos sistemas. Todas as alterações antes de serem transportadas ao ambiente de produção, devem ser aprovadas e toda documentação que suporte o processo deve ser devidamente mantida e arquivada.

(5) Deficiência no processo de adoção do IFRS 17 (CPC 50): estrutura e governança dos dados

Situação observada

Nos processos de auditoria de 31 de dezembro de 2023, foram identificadas ausência de controles:

5.2 Descrição dos controles internos

1) que assegurem que mudanças aplicadas no ambiente produtivo de tecnologia que suporta os dados e cálculos do IFRS 17, são registradas, testadas, aprovadas por pessoas autorizadas. Para esse item, foram listados os controles ausentes:

(i) Controle de registro de solicitação/ demanda e rastreabilidade das mudanças transferidas para o ambiente produtivo;

(ii) Teste e homologação de mudanças;

(iii) Controle de aprovação antes do transporte para o ambiente produtivo;

(iv) Controle de versionamento das mudanças;

(v) Controle que assegura a segregação de função no processo de gerenciamento de mudanças.

2) ausência de controles de gestão de acesso de usuários finais e/ou privilegiados da estrutura de tecnologia que suporta os dados e cálculos do IFRS 17 (CPC 50), tais como:

(i) concessão de acessos mediante aprovação,

(ii) revogação de acessos de empregados e terceiros

(iii) revogação de empregados e terceiros transferidos,

(iv) revisão periódica de acessos de usuários

3) que não houve, por parte da Companhia, homologação do trabalho realizado por terceiros no cadastro das regras na ferramenta de transformação de dados – Oracle Data Integrator (ODI);

4) Durante a avaliação do fluxo relacionado à dados que são utilizados para o cálculo do IFRS 17 (CPC 50), foram identificadas ausência dos seguintes itens:

(i) área de governança que possuísse conhecimento dos principais responsáveis pelos temas chaves do processo;

(ii) *owners* com o conhecimento do *end to end* do processo de gestão e tratamento de dados;

(iii) as políticas e processos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação;

(iv) mapa de governança centralizado sobre aplicações e a respectiva infraestrutura que a suportam, contendo as seguintes informações: sistemas, área de negócio, banco de dados, servidor, sistema operacional e localidade. Dada a complexidade do processo, o mapeamento é importante para o gerenciamento dos riscos que o negócio está exposto, definição de papéis e responsabilidades e para o direcionamento da tomada de decisões de forma assertiva;

5) Definição de política de *backup* dos dados;

5.2 Descrição dos controles internos

- 6) Construção de narrativas sobre o detalhamento dos processos;
- 7) Controle de versão das tabelas e dos ETIs;
- 8) Ausência de um balancete (*general ledger*) específico em IFRS 17 (CPC 50);
- 9) Mapeamento e controle das planilhas críticas.

Possíveis impactos

- 1) Alterações em ambiente produtivo indevidas, incorretas ou não autorizadas.
- 2) Impossibilidade de identificar eventuais acessos indevidos, ou a ausência de monitoramento dos acessos realizados pode acarretar alterações indevidas, incorretas ou não autorizadas, comprometendo a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.
- 3) Alterações de dados de forma incorreta durante a execução dos fluxos de tratamento das informações.
- 4) Desenvolvimento ineficiente, com elevado índice de retrabalho e de não cumprimento de prazos;
- 5) Empregados das áreas de negócios de TI não estarem capacitados, podendo cometer erros, ou operar em desacordo com as políticas e procedimentos de segurança da informação;
- 6) Lentidão na resposta e identificação de informações relevantes para a tomada de decisão da área de tecnologia da informação.

Recomendação

Os auditores recomendaram a elaboração de políticas e procedimentos formais definidos, incluindo a definição de papéis e responsabilidades nas atividades de alteração de dados, programas, parâmetros e configurações em todas as camadas que suportam o ambiente de tecnologia que suporta os dados e cálculos do IFRS 17. Adicionalmente recomendaram a divulgação de tais políticas e procedimentos para toda a Companhia e a implementação de um processo contínuo para assegurar que as políticas e procedimentos são seguidos.

(6) Deficiência no processo de adoção do IFRS 17 (CPC 50): estrutura e governança da definição de políticas contábeis e estimativas críticas

Situação observada

Na realização dos procedimentos de auditoria anual, foram observadas deficiências significativas na estrutura e governança da definição de políticas contábeis e estimativas críticas, listadas nos tópicos abaixo:

1. Ausência de documentação e evidenciação das decisões técnicas, exemplos:

5.2 Descrição dos controles internos

(i) aplicação de política contábil para amortização do PAA (diferente entre NDI e Hapvida);

(ii) alocação sistemática da comissão do BBA para despesa de seguros;

(iii) ausência de análise da recuperabilidade dos ativos de contrato mensurados pelo PAA.

2. Inconsistência entre definição de premissas críticas e execução:

(i) unidades de cobertura para produtos individuais;

(ii) diversos erros de input de premissas (Pis/Cofins, Iss, Taxa de sinistralidade etc.), trimestralização da taxa de desconto (Q de X).

Possíveis impactos

Input de premissas equivocados para a projeção do fluxo do IFRS 17 (CPC 50) e cálculos efetuados incorretamente.

Recomendação

Realizar a revisão tempestiva dos cálculos efetuados para constatar se tudo foi aplicado de acordo com as políticas e decisões técnicas adotadas pela Companhia.

(7) Deficiência no processo de adoção do IFRS 17 (CPC 50): estrutura e governança do processo de cálculo e revisão dos números

Situação observada

Na realização dos procedimentos de auditoria anual foram observadas deficiências significativas na estrutura e governança do processo de cálculo e revisão dos números, listadas nos tópicos abaixo:

1. Ausência de processo de revisão das tabelas de input, comparando-as com as premissas definidas.

(i) aplicação incompleta da taxa de desconto;

(ii) erros no input da risk driver (ETC);

Ausência do processo de revisão dos *outputs* (*journal do SAS*):

(i) ausência de controle formal de revisão das principais movimentações.

Possíveis efeitos

Cálculos efetuados incorretamente.

Recomendação

Realizar planos de ação para estabelecer processo de revisões no processo de cálculo das premissas e *outputs* (*journal do SAS*).

5.2 Descrição dos controles internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas

A administração da Companhia concorda com as recomendações da carta de recomendação dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A seguir, os comentários da administração da Companhia em relação às deficiências significativas conforme apontadas no item 5.2.d acima:

(1) Valores relevantes em pendências de conciliação bancária

Comentários da administração

A Companhia aprimorou seus controles de conciliação e tempestividade das análises e classificações conforme orientação anterior dos auditores independentes, conseguindo redução significativa das pendências de conciliação.

Ao longo do exercício de 2024, ampliará as ações e controles preventivos, com as áreas relacionadas, para aprimorar ainda mais a tempestividade e assertividade de nossas conciliações bancárias.

Prazo definido pela administração para cumprimento das ações propostas:

A Companhia prevê regularizar o apontamento até 31 de dezembro de 2024.

(2) Ausência de análise aderente aos requisitos estabelecidos pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, para estimativa de perdas esperadas no contas a receber de clientes por créditos de liquidação duvidosa "PCLD"

Comentários da administração

A Companhia entende que seu risco de crédito é bem mensurado dado o conhecimento da carteira e a visão por contratos que o atual modelo possui. De toda a forma, busca o enquadramento ao que a auditoria independente interpreta da norma.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

A Companhia prevê regularizar o apontamento até 31 de dezembro de 2024.

(3) Deficiências técnicas na modelagem para avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida (ágio)

Comentários da administração

Encontra-se vigente processo estabelecido e detalhado para avaliação de recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida (ágio). A Companhia contratou empresa especializada - APSIS - para apoiá-la na modelagem da avaliação, e todo o processo foi pautado por discussões, revisões e aperfeiçoamentos constantes. Comentários adicionais e sugestões feitas pelos auditores independentes também foram

5.2 Descrição dos controles internos

acolhidos e incluídos no modelo. O resultado aponta para a não necessidade de *impairment* de forma consistente.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Plano de ação concluído.

(4) Ausência de documentação suporte para gestão de mudanças (SAP ECC)

Comentários da Administração

O processo formal para registros de solicitação, determinação de viabilidade, implementação e avaliação de mudanças no SAP ECC foi devidamente reforçado junto aos times envolvidos.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Plano de ação concluído.

(5) Deficiência no processo de adoção do IFRS 17 (CPC 50): estrutura e governança dos dados

Comentários da Administração

A companhia realizará a implantação do modelo de Governança de TI e Governança de Dados que é aplicado atualmente na Hapvida Notredame Intermédica para mitigar os pontos citados. Além disso, serão segregados os demais ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

A Companhia prevê regularizar o apontamento até 31 de dezembro de 2024.

(6) Deficiência no processo de adoção do IFRS 17 (CPC 50): estrutura e governança da definição de políticas contábeis e estimativas críticas

Comentários da Administração

A Companhia entende a importância da adoção desta norma, de forma que contratou uma das maiores firmas de consultoria especializada no tema e em sua implantação, de forma que todos os apontamentos levantados pelos auditores independentes foram devidamente corrigidos em tempo de projeto, não gerando nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Plano de ação concluído.

(7) Deficiência no processo de adoção do IFRS 17 (CPC 50): estrutura e governança do processo de cálculo e revisão dos números

5.2 Descrição dos controles internos

Comentários da administração

A Companhia entende a importância da adoção desta norma, de forma que contratou uma das maiores firmas de consultoria especializada no tema e em sua implantação, de forma que todos os apontamentos levantados pelos auditores independentes foram devidamente corrigidos em tempo de projeto, não gerando nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prazo definido pela administração para cumprimento das ações propostas:

Plano de ação concluído.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Política de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 acima, é voltada, dentre outros, à proteção de riscos de conformidade. Além disso, a Companhia mantém Programa de Integridade e *Compliance*, formalmente definido e implementado, que visa, dentre outros objetivos, prevenir, detectar e remediar fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública (Programa de Integridade e *Compliance* ou Programa). Este Programa, conforme descrito neste item 5.3, é composto por diretrizes formais, incluindo um Código de Conduta e Políticas, contando com a atuação consultiva da área de Integridade e *Compliance*, auditorias periódicas e manutenção de Canal de Denúncias, dentre outras atividades.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Programa de Integridade e *Compliance* da Companhia é orientado a partir da percepção dos riscos de integridade e compliance pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*. Os riscos são revisados anualmente e, desta forma, são observadas as oportunidades de melhoria ou necessidades de adequação do Programa, políticas, procedimentos ou controles internos.

Iniciativas de aprimoramento do Programa de Integridade e *Compliance* podem ainda ser motivadas por outros fatores, como apontamentos de auditorias internas e externas, relatos recebidos via Canal de Denúncias, diligências anteriores à contratação de terceiros e alterações de legislações e arcabouço regulatório.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Auditorias de *Compliance*:** As inspeções são realizadas em cronograma preestabelecido pela Gerência de Auditoria Interna, responsável por explorar os riscos de *Compliance* nos processos da Companhia e por apontar e classificar eventuais oportunidades de melhoria.
- **Canal de Denúncias:** A Companhia possui um Canal de Denúncias disponível para funcionários, colaboradores, fornecedores, usuários e qualquer pessoa que tenha conhecimento de algum desvio ou suspeita de desvio a leis, regulamentos, Código de Ética e Conduta e demais políticas do Grupo Hapvida Notredame Intermédica. Em julho de 2018, com o objetivo de dar maior transparência, independência e segurança a quem denuncia uma não conformidade, a Companhia contratou a Aliant/ICTS, empresa independente com certificação Pró-Ética, para receber todas as denúncias e encaminhá-las para análise da Área de Auditoria Interna.

A Companhia disponibiliza dois canais para recepcionar as denúncias de irregularidades, quais sejam: (i) internet, no endereço www.canaldedenuncias.com.br/hapvidandi; (ii) linha telefônica, 0800.591.5126, com atendimento 24 horas por dia e 7 dias por semana. O acesso à gestão da plataforma é exclusivo da empresa independente contratada pela Companhia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia recebido 6.523 denúncias pelo Canal de Denúncias, nenhuma delas relacionada a potenciais violações às Leis Anticorrupção. Após a apuração de cada denúncia, a Companhia verifica a possibilidade de implementar controles mitigatórios.

5.3 Programa de integridade

- **Análise de Integridade de Terceiros:** Os contratos estabelecidos pela Companhia com seus terceiros (fornecedores de serviços, parceiros de negócio, corretoras e médicos) são formalizados mediante diligência prévia. Este processo tem o objetivo de verificar fatores que possam gerar algum risco para a Companhia, e inclui a avaliação de elementos como licenças e autorizações legais, processos judiciais, certidões e pesquisas no Cadastro Nacional de Empresas e Pessoas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). Ademais, como boa prática e a fim de garantir que sejam mantidas apenas relações comerciais com terceiros idôneos, éticos e íntegros, estabelecemos cláusulas anticorrupção em contratos com terceiros que possuímos qualquer tipo de relacionamento comercial ou de negócios.
- **Análise de Conflito de Interesses e PEP:** A Companhia circula, tanto em momento pré-contratação como ao longo da jornada de trabalho, o formulário de Declaração de Conflitos de Interesses e Pessoa Exposta Politicamente (PEP) a todas as suas lideranças. A declaração anual tem por finalidade identificar situações que possam gerar riscos, abordando tópicos como a indicação de relacionamento(s) de parentesco e/ou proximidade pessoal entre colaboradores e/ou fornecedores, relacionamento(s) com agentes públicos e declaração de cenários envolvendo empresas concorrentes e/ou do mesmo ramo.
- **Treinamentos e Comunicação:** A Companhia realiza treinamentos sobre temas de *Compliance* disponíveis a todos os colaboradores, em formato online e presencial. Novos colaboradores são rotineiramente aculturados sobre as práticas de Compliance e Integridade adotadas na Companhia. A Companhia mantém ainda planejamento anual de divulgação mensal de peças sobre temas importantes de Compliance, visando reforçar as diretrizes do Programa de Integridade e *Compliance*. Os temas dos comunicados são extraídos dos conteúdos do Código de Ética e Conduta e das políticas integrantes do Programa de Integridade e Compliance, valendo aqui mencionar alguns dos assuntos destacados, tais como: combate à corrupção, combate à lavagem de dinheiro, conflito de interesses etc.
- **Normas internas:**
 - **Código de Ética e Conduta:** O Código de Ética e Conduta da Companhia, aprovado pela Presidência Executiva em 01 de agosto de 2014, com atualizações aprovadas pelo conselho de administração em 09 de fevereiro de 2018, 09 de agosto de 2018, 22 de setembro de 2021, 19 de abril de 2022, e, por último, em 24 de maio de 2023 é aplicável a todas as empresas que compõem o Grupo Hapvida Notredame Intermédica, seus empregados e colaboradores, guiando suas relações internas e com clientes, fornecedores, prestadores de serviços, terceiros e acionistas. O Código de Ética e Conduta tem por objetivo primordial formalizar os princípios e as práticas éticas que regem os relacionamentos internos e externos da organização, bem como nortear a atuação dos seus colaboradores, reduzindo a subjetividade em relação às questões éticas e de conduta. O documento aborda, dentre outros, tópicos como a exatidão dos registros contábeis, remuneração e benefícios, conflito de interesses e interação com representantes comerciais e está em consonância com a legislação aplicável, incluindo o Regulamento do Novo Mercado. Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturação de integridade no novo cenário. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com Notredame Intermédica, concluída em fevereiro de 2022, o Código de Ética e Conduta será adaptado, com previsão de conclusão em 2024.
 - **Política Anticorrupção e Antissuborno:** A Política Anticorrupção e Antissuborno, aprovada pelo então Superintendente de Assuntos Estratégicos, pelo Vice-presidente Comercial e pelo Presidente Executivo em 01 de fevereiro de 2017, com atualização pelo conselho de administração em 19 de abril de 2022, é aplicável a todas as empresas da Companhia. A política tem por objetivo definir os valores, princípios e responsabilidades assumidas pela Companhia no combate à corrupção, apresentando os principais aspectos

5.3 Programa de integridade

da Lei nº 12.846/2013 sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira e o Decreto nº 8.420/2015 que a regulamentava à época de sua última atualização. Dentre outros assuntos, essa política dispõe sobre os procedimentos para contratação de agentes públicos e ex-agentes públicos, bem como sobre os cuidados a serem tomados na relação com terceiros. Em 19 de abril de 2022, a referida política passou a ser denominada Política Anticorrupção e Antissuborno. Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturação de integridade no novo cenário. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com Notredame Intermédica, concluída em fevereiro de 2022, a Política Anticorrupção e Antissuborno será adaptada, com previsão de conclusão em 2024, inclusive para eventual atualização nos termos do Decreto nº 11.129/2022.

- **Política de Transações com Partes Relacionadas:** A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo conselho de administração da Companhia em 09 de fevereiro de 2018, com atualizações pelo conselho de administração em 28 de abril de 2020 e em 25 de maio de 2022, visa a regular procedimentos que devem ser observados em relação a transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, para que sejam conduzidas em condições de mercado nos melhores interesses da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa e revestidas da devida transparência. Esta Política aplica-se à Companhia e às suas controladas, e às partes que possam ser consideradas como Partes Relacionadas, enquadradas nos termos desta Política, bem como seus administradores, acionistas e colaboradores em situações em que possa haver potencial conflito de interesses, nos termos do CPC 05 (R1). Em 25 de maio de 2022, a referida política passou a ser denominada Política de Transações com Partes Relacionadas, não tratando mais genericamente de conflitos de interesses, mas apenas aqueles relativos a transações com partes relacionadas. Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturação de integridade no novo cenário. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com Notredame Intermédica, concluída em fevereiro de 2022, a Política de Transações com Partes Relacionadas será adaptada, com previsão de conclusão em 2024.
- **Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** Aprovada em 19 de abril de 2022, a norma define as regras para prevenção à lavagem de dinheiro, proibindo a realização de operações que possam auxiliar o financiamento de organizações criminosas, buscando gerar segurança jurídica e legal para os colaboradores e para a Companhia, controle, transparência e total aderência às normas internas e externas e aos objetivos estratégicos da Companhia. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com Notredame Intermédica, concluída em fevereiro de 2022, a norma será adaptada, com previsão de conclusão em 2024.
- **Política Corporativa de Gestão de Riscos:** Em 29 de janeiro de 2021, o conselho de administração aprovou a Política de Riscos, que é aplicável à Companhia e às suas controladas. Essa política tem por objetivo assegurar boas práticas de gestão de riscos, considerando a sua estratégia, processos, metodologias, exigências regulatórias, pessoas e ativos, e deve ser revisada pela alta administração da Companhia periodicamente. A Política de Riscos da Companhia foi elaborada com base em recomendações metodológicas internacionalmente reconhecidas, sendo elas o Modelo COSO ERM (Comitê das Organizações Patrocinadoras, *Enterprise Risk Management*), o Modelo COSO IC (Comitê das Organizações Patrocinadoras, *Internal Control*), Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e a Norma ABNT NBR ISO 31.000 (Gestão de Riscos — Princípios e Diretrizes). A política estabelece os princípios do ciclo de gestão de riscos: identificar, avaliar, priorizar, tratar e

5.3 Programa de integridade

monitorar. Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturação de integridade no novo cenário. Nesse sentido, na combinação de negócios com Notredame Intermédica, o material foi adaptado em dezembro de 2022.

A Companhia adota ainda procedimentos de verificação prévia aos processos de fusão e aquisição, de forma a minimizar os riscos de responsabilização por atos ilícitos praticados anteriormente à operação.

A Companhia adota as seguintes etapas durante o processo: (i) *Target Screening* – definição dos *targets* e abordagem inicial, seja diretamente ou via assessores; (ii) *Investment Summary* – assinatura de acordo de confidencialidade e análise preliminar da oportunidade de investimento; (iii) *Valuation* – avaliação preliminar do negócio com desenvolvimento do business plan e cálculo das potenciais sinergias da transação; (iv) *Negotiation* – negociação do valor e dos principais termos da transação; (v) MoU – negociação do Memorando de Entendimento; (vi) *Due Diligence* – diligência estratégica, contábil, fiscal, trabalhista e legal; (vii) *Signing SPA* – assinatura do contrato de compra e venda; (viii) *Closing* – cumprimento das condições precedentes e liquidação financeira da transação e (ix) *Support Integration* – plano de comunicação e assunção da operação, plano de integração e plano de mitigação de riscos.

Com o objetivo de mitigar riscos em operações dessa natureza, a Companhia realiza auditoria contábil, fiscal e trabalhista com empresa de auditoria de grande porte e diligência legal com escritórios de advocacia renomados em operações de M&A (com foco em: societário, contratos, propriedade intelectual, imobiliário, seguros, ambiental, contencioso, certidões e processos). Com base nos resultados da auditoria, a Companhia mapeia as contingências e as classifica como provável, possível e remota, com o auxílio dos assessores jurídicos, e define, também com o auxílio destes, a estrutura de garantias necessárias para dar segurança à Companhia. Para conferir segurança jurídica às operações, os contratos são elaborados por assessores jurídicos com experiência em M&A e incluem declarações e garantias que esclarecem os direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Além disso, a Companhia elabora material contendo todo o histórico documentado da transação.

A Administração entende que os controles diretivos, descritos acima, bem como os decorrentes da implantação dessas políticas e normativos são suficientes para mitigar os fatores de riscos mapeados nos itens 4.1 e 4.2 deste formulário de referência. Adicionalmente, a Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos reavalia, anualmente, no mínimo os riscos com avaliação inerente "Muito Alto" e "Alto", conforme metodologia, mapeados na matriz de riscos.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Gerência de Auditoria Interna é responsável pela apuração das denúncias realizadas no Canal de Denúncia.

Eventuais casos de violações à legislação aplicável e às normas internas da Companhia são encaminhados para a análise da Comissão de Medidas Disciplinares, que dará parecer sobre as sanções aplicáveis. As denúncias são submetidas, ainda, ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* para acompanhamento do processo de apuração e quanto à aplicação das sanções. Havendo discordância sobre as sanções a serem aplicadas, o caso será encaminhado ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e ao conselho de administração para deliberação final.

A Comissão de Medidas Disciplinares é composta por quatro membros, quais sejam: (i) o Vice-Presidente Jurídico e de *Compliance*; (ii) o Diretor de Desenvolvimento Organizacional; (iii) o Vice-Presidente de Recursos Humanos; e (iv) o Gerente de Auditoria Interna.

5.3 Programa de integridade

A Comissão de Medidas Disciplinares (i) sugere penalidades e sanções no âmbito de processos disciplinares administrativos, de acordo com os valores e princípios fixados pelo Código de Ética e Conduta do Grupo Hapvida Notredame Intermédica, pelas demais normas internas e pela legislação vigente; e (ii) responde às consultas que lhe forem dirigidas, sobre matéria de sua alçada e que possa configurar eventual desvio ético e/ou descumprimento de princípios e valores da Companhia.

A Diretoria Jurídica e de *Compliance* reporta à Vice-Presidência Jurídica e de *Compliance*, que por sua vez se reporta ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e ao CEO. Neste mesmo contexto, a Diretoria Jurídica e de *Compliance* é responsável por elaborar e revisar as políticas e procedimentos de *Compliance*, por propor ações de combate à corrupção, desenvolver o processo de análise de conflito de interesses, realizar análises de integridade (due diligence) sobre os terceiros (fornecedores, corretores, parceiros, médicos etc.) que mantém contratos com a Companhia, fomentar o desenvolvimento da cultura de integridade e esclarecer dúvidas de colaboradores sobre o Código de Ética e Conduta e as políticas integrantes do Programa de Integridade e *Compliance*.

O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, cujo regimento interno foi ratificado pelo conselho de administração em 25 de maio de 2022, é responsável por, dentre outras atividades, por zelar para que a Companhia atenda aos requisitos legais de qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras, garantir a qualidade dos trabalhos de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras e dos sistemas de controles internos.

Junto à Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* está envolvido no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade da Companhia, por meio das atividades descritas no item 5.2 acima. O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, na condição de órgão de assessoramento, se reporta diretamente ao conselho de administração.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta da Companhia é aplicável a todos os empregados e colaboradores da Companhia, incluindo os diretores, membros de comitês e membros do conselho de administração. Sendo assim, todos os níveis da Companhia são responsáveis por criar e incentivar uma cultura de integridade colocando em prática a ética nos negócios da companhia, encorajando comunicações abertas e transmitindo a percepção e o compromisso com o Código de Ética e Conduta.

A Companhia requer, em seus instrumentos de contratação, declarações pelos terceiros contratados de que tiveram acesso e ciência e das políticas aplicáveis a fornecedores e o Código de Ética e Conduta do Grupo Hapvida Notredame Intermédica, além de garantias de observância da legislação anticorrupção aplicável.

A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta, bem como sobre o Canal de Denúncias, com seus funcionários durante o processo de integração. Além disso, a Companhia realiza campanhas ao longo do ano para reforçar temas específicos abordados durante os treinamentos.

Em 2023, a Companhia unificou sua plataforma de treinamentos digitais, na qual foi padronizado o conteúdo obrigatório com introdução aos conceitos e aplicabilidades do Programa de Integridade e *Compliance* no dia a dia dos colaboradores da Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Ética e Conduta ou de qualquer um de seus requisitos resultará na aplicação das sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada.

5.3 Programa de integridade

O desrespeito ao conteúdo abordado pelo Código de Ética e Conduta poderá acarretar a aplicação de penalidades, incluindo: advertência escrita, suspensão ou desligamento. No caso de terceiros, além do disposto acima, essas violações poderão levar a multas ou, até mesmo, à rescisão do(s) contrato(s) existente(s). As sanções são definidas pela Comissão de Medidas Disciplinares nos termos da Política de Consequências da Companhia, na forma indicada no item 5.3 (a)(ii) acima, sendo também aplicados princípios de justiça e equidade.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovado em 01 de agosto de 2014 pela Presidência Executiva da Companhia, com sua atualização aprovada pelo conselho de administração em 09 de fevereiro de 2018, em 22 de setembro de 2021, em 19 de abril de 2022 e, por último, em 24 de maio de 2023. O Código de Ética e Conduta é disponibilizado aos funcionários e colaboradores quando da assinatura do contrato de trabalho, no processo de integração e, da mesma forma, mantém uma versão atualizada disponível para consulta nos canais internos da Companhia, como website, intranet e aplicativo, bem como no site oficial da Companhia na internet (<https://www.hapvida.com.br/site/integridade-e-compliance>), e também no site dedicado a Relação com Investidores (ri.hapvida.com.br).

Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturação de integridade no novo cenário. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com NDI, o material será adaptado, com previsão de conclusão em 2024.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias da Companhia, descrito no item 5.3(a)(i) acima, é administrado pela ICTS.A.liant, empresa independente, responsável por receber as denúncias, analisá-las previamente e encaminhá-las para análise detalhada da Auditoria Interna.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias está aberto para os funcionários, colaboradores, fornecedores, usuários e para qualquer pessoa que tenha conhecimento de algum desvio ou suspeita de desvio a leis, regulamentos, Código de Ética e demais políticas da Companhia, conforme disposto no item 5.3(a)(i) acima.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O oferecimento de denúncias através do Canal de Denúncias pode ser feito de forma anônima, a exclusivo critério do denunciante, ou seja, não é necessário o fornecimento de qualquer identificação pessoal ou informação de contato do denunciante.

O Canal de Denúncias é operado por uma empresa independente, responsável pela confidencialidade das denúncias. Todas as informações relatadas em denúncias são analisadas pela Área de Auditoria Interna, e são tratadas com total sigilo e garantia de que não haverá retaliação contra o denunciante.

Durante as análises das denúncias, caso surja a necessidade do apoio das áreas operacionais, os analistas do Canal de Denúncias eliminam as informações que, porventura, possam identificar os denunciantes antes de encaminharem perguntas às áreas envolvidas.

5.3 Programa de integridade

Existem duas exceções à regra de confidencialidade do Canal de Denúncias da Companhia: (a) quando, no decorrer das conversas com um analista do programa, o empregado ou colaborador lhes dá permissão para revelar seu nome; e (b) quando a quebra do sigilo decorre de determinação judicial.

Além disso, o Canal de Denúncias foi projetado para oferecer um ambiente seguro para relatar dúvidas ou buscar orientações, sem medo de retaliações.

(i) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A apuração de denúncias é feita pela área de Auditoria Interna, composta por colaboradores com *expertise* em investigações corporativas. Em casos nos quais o denunciado seja o Gerente de Auditoria ou membros do conselho de administração e seus comitês de assessoramento, é definido fluxo especial para recebimento das denúncias e a investigação é realizada com apoio de consultoria externa e independente.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não verificou casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais. Para os fins deste item, consideram-se confirmados os casos qualificados como procedentes após a finalização do trâmite de apuração detalhado no Código de Ética e Conduta da Companhia, conforme descrito no item 5.3.b.iv deste formulário de referência.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não aplicável. Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamentos de riscos adotada.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia concluiu, conforme descrita no item 1.1 deste formulário de referência, em 11 de fevereiro de 2022, a combinação de negócios com o Grupo Notredame Intermédica. Desde então, a Companhia tem procedido à revisão de seus controles internos e procedimentos de *compliance* e gerenciamento de riscos, de modo a promover o alinhamento de sinergias entre as companhias.

Atualmente, aplicam-se as diretrizes das Políticas Hapvida vigentes, disponíveis em <https://ri.hapvida.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>. O mesmo ocorre com o Código de Conduta. Novas versões das políticas do programa de integridade e compliance e do Código de Ética e Conduta estão em fase de revisão, com previsão de aprovação em 2024.